



PG-05 – PROTEÇÃO SOCIAL



FUNDAÇÃO
renova

Definição do Programa – Etapa 3

Setembro/2018

CONTROLE DE MUDANÇAS DO PROGRAMA

Data	Id	Resumo da mudança
Novembro/2017	00	Emissão Inicial
Dezembro/2017	01	Revisão Após Apresentação para Diretoria da Renova.
Abril/2018	02	Revisão após recomendações da 22ª CTOS de abril.
Setembro/2018	03	Revisão após recomendações da 24ª CTOS de junho.

SUMÁRIO

1	Sumário Executivo	4
	Cronograma e Custos Estimado do Programa	6
2	Objetivo	7
3	Glossário	8
4	Metodologia utilizada	9
5	Declaração do programa	10
5.1	Objetivos, premissas e restrições	11
5.2	Mobilização do conhecimento e identificação das soluções	15
5.3	Construção da Solução	29
5.4	Histórico de engajamento dos stakeholders	31
5.5	Interface com outros Programas	32
5.6	Projetos e processos do programa	36
6	Planejamento consolidado do programa	51
6.1	Custo do programa (R\$ milhão)	51
6.2	Cronograma do programa	52
7	Plano de resultados.....	52
7.1	Indicadores do Programa	52
8	Documentos complementares - Anexos.....	64
	Anexo I - Cláusulas 54 a 58 do TTAC	64
9	Referências Bibliográficas	66

1 Sumário Executivo

Este documento tem como finalidade formalizar a definição do Programa de Proteção Social e suas entregas de acordo com Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC – cláusulas 54 a 58 conforme anexo I).

O Programa de Proteção Social contempla todo o território impactado, conforme TTAC, com atenção às diferenças territoriais, à variação dos danos causados à população e às peculiaridades no processo de reparação de cada um dos seguimentos atingidos. Opera em consonância com a Política Pública de Assistência Social visando o diálogo e a parceria com os três entes federados e organizações da sociedade civil e com o conjunto de ações articuladas entre os demais programas previstos no TTAC e as políticas sociais. Desse modo implementará a reparação dos danos causados às famílias vulneráveis e ou indivíduos a partir das ações interinstitucionais.

O programa tem como princípio norteador o apoio ao Poder Público na redução das vulnerabilidades provocadas ou potencializadas em função do rompimento da barragem. Assim, a Fundação Renova organizou a operacionalização do Programa de Proteção Social em três *macro ações* que contemplam projetos, atividades e ações de curto, médio e longo prazo. Tais especificações são produto de ações articuladas e convergentes, quais sejam:

- a) as determinações do próprio TTAC e das Deliberações do CIF;
- b) Identificação da população vulnerável impactada;
- c) o resultado das escutas aos municípios (por meio da realização de oficinas¹);
- d) o produto das reuniões e discussões das Câmaras Técnicas;

¹ Nos meses de março e abril de 2017 foram realizadas oficinas de Proteção Social com os municípios impactados ao longo de todo o território. Na oportunidade, estiveram presentes representantes das gestões públicas municipais e, por vezes, representantes da sociedade civil organizada. Os municípios que não estiveram presentes na primeira rodada de escuta tiveram oportunidade de serem ouvidos mais recentemente, nos meses de outubro e novembro de 2017.

e) a construção, por meio de oficinas participativas, do modelo lógico enquanto proposta para organizar as ações componentes do programa de Proteção Social de forma articulada aos resultados esperados.

Tem-se, portanto, a seguinte configuração:

Projetos	Objetivo
<p>Projeto 1 - Ampliar as capacidades e habilidades do público impactado, priorizando públicos vulneráveis, para participação no mundo do trabalho</p>	<p>Possibilitar às famílias impactadas vulneráveis capacitações e orientações para acessar trabalho, emprego e renda.</p>
<p>Projeto 2 - Reduzir as fragilidades de implementação da Política de Assistência Social pelo Poder Público</p>	<p>Fortalecer a oferta de serviços socioassistenciais para atendimento e acompanhamento das famílias vulneráveis impactadas com o rompimento da barragem.</p>
<p>Projeto 3 - Promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários</p>	<p>Realizar trabalhos focalizados no fortalecimento de vínculos sociais junto às famílias impactadas vulneráveis, considerando as especificidades daquelas que sofreram deslocamento físico em virtude do rompimento da barragem.</p>

Tabela 1: Relação de projetos do programa

Cronograma e Custos Estimado do Programa

Projeto	Orçamento (R\$ M)	2015	2016	2017	2018	2019	...	2021
Projeto 1 ² - Ampliar as capacidades e habilidades do público impactado, priorizando públicos vulneráveis, para participação no mundo do trabalho			Abril					Abril
Projeto 2 - Reduzir as fragilidades de implementação da Política da Assistência Social pelo Poder Público	7,10		Mariana e Barra Longa					Outubro
Projeto 3 ³ - Promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários	2,41	Novembro						

Tabela 2: Cronograma e custo estimado do programa

Para avaliação dos resultados do programa e assegurar que os objetivos foram alcançados, definiram-se os indicadores listados na tabela abaixo.

PROJETO	INDICADOR	UNIDADE	MEDIÇÃO
Projeto 1	I01 Nº de pessoas impactadas vulneráveis assistidas nos programas da Fundação Renova	Número	Semestral
Projeto 2	I02 Nº de famílias impactadas vulneráveis atendidas pelo PAEFI	Número	Semestral
Projeto 2	I03 Nº de famílias impactadas vulneráveis atendidas no PAIF	Número	Anual
Projeto 2	I04 Nº de famílias impactadas vulneráveis atendidas na rede socioassistencial local.	Número	Anual
Projeto 2	I05 Nº de técnicos capacitados por equipamento da Assistência Social	Número	Cumulativo
Projeto 3	I06 Bem-Estar subjetivo e psicológico das famílias impactadas vulneráveis com deslocamento físico	Índice	Pré/pós reassentamento

Tabela 3: Indicadores do programa

² Este projeto é apenas de articulação. Todos os custos envolvidos serão cobertos pelos programas de interface

³ Conforme requisito 6, o Projeto 3 atenderá as famílias com deslocamento físico por 02 anos após o reassentamento, ou seja, a data de encerramento está vinculada à conclusão das obras.

O programa será encerrado quando forem alcançadas as metas dos indicadores, com a devida comprovação de auditoria independente.

2 Objetivo

Este documento apresenta a definição do escopo, dos objetivos e dos resultados esperados do Programa de Proteção Social da Fundação Renova, oriundo das cláusulas 54 a 58 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), firmado em 2 de março de 2016. Também são descritos aqui aspectos como as estratégias de engajamento do Programa, os indicadores de resultados e processos e as regras de encerramento de suas iniciativas.

3 Glossário

- ACESSUAS - Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
- CIF – Comitê Interfederativo
- CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social
- CTOS – Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial
- EVENTO – rompimento da barragem de Fundão, pertencente ao complexo minerário de Germano da Samarco, em Mariana-MG, ocorrido em 05 de novembro de 2015
- IDCRAS – Índice de Desenvolvimento do Centro de Referência da Assistência Social
- IDCRAS – Índice de Desenvolvimento do Centro de Referência da Assistência Social
- IDCREAS – Índice de Desenvolvimento do Centro de Referência Especializado da Assistência Social
- IDF – Índice de Desenvolvimento da Família
- LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
- MML – Metodologia do Marco Lógico
- PAEFI – Serviço de Proteção Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos
- PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
- PNAS – Política Nacional de Assistência Social
- RMA – Relatório Mensal de Atendimento
- SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
- SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- SEDESE/MG - Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais
- SETADES/ES - Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo
- SUAS – Sistema Único da Assistência Social
- TTAC – Termo de Transação e Ajustamento de Conduta

4 Metodologia utilizada

A abordagem metodológica utilizada na construção do escopo do Programa de Proteção Social foi a do **Marco Lógico**⁴ (*Logical Framework*). A principal vantagem do método é a possibilidade de concatenação lógica entre problemas e soluções com foco na verificação, monitoramento e avaliação de resultados.

Sob essa perspectiva, um projeto é concebido como um conjunto de ações articuladas que visa intervir e solucionar ou mitigar problemas concretos e identificáveis. Os projetos são temporários, por isso o que fazem e entregam deve se orientar ao alcance de resultados (**efeitos**) e da geração de valores sustentáveis (**impactos**). As ações dos projetos são realizadas mediante alocação de **insumos** de diferentes tipos (humanos, materiais, tecnológicos, entre outros) e que devem ser previstos no orçamento.

O primeiro passo para a construção do projeto é a identificação do **problema central**. Um bom problema é aquele que avalia o contexto de forma holística, considerando, entre outros, seus aspectos ambientais, sociais, econômicos, políticos e jurídicos. O diagnóstico deve considerar também a amplitude do problema, sua intensidade e suas tendências. O problema central deve ser descrito de forma simples e direta e deve ter a sua relevância reconhecida pelos stakeholders.

A elaboração da **árvore de problemas** é também uma etapa importante da metodologia. A árvore é um esquema que conecta, de forma lógica, as causas às consequências do problema. As causas são as raízes da árvore, elas se desenvolvem de forma independente ou interconectada e podem revelar, ainda, causas mais profundas (causas de causas) e causas mais imediatamente conectadas ao problema central (tronco). A copa da árvore representa as consequências do problema, seus desdobramentos e seus efeitos. Assim como as causas, as consequências também

⁴ Esse método foi desenvolvido pela agência estadunidense de fomento, USAID, no final dos anos 1970 e é hoje utilizado por diversas organizações internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

podem estar mais próximas ou mais indiretamente relacionadas com o problema central.

A **árvore de soluções**, por sua vez, é um esquema que auxilia na compreensão da realidade que se pretende construir com a execução do projeto. O tronco é o objetivo central, geralmente elaborado como o inverso do problema. As raízes são as soluções para as causas que geraram o problema central e a copa são os impactos que o projeto poderá gerar caso alcance o objetivo.

Uma vez diagnosticada a realidade, tal como se apresenta no ponto de partida (árvore de problemas), e definido também o horizonte (árvore de soluções), a próxima etapa é a construção da **matriz do marco lógico**. A matriz revela o escopo do projeto, as formas de aferição de resultados e os riscos a serem enfrentados. A coluna mestra da matriz indica os **componentes** (entregas, ações, produtos e soluções), os **objetivos** do projeto e os **impactos** (mais sustentáveis e de longo prazo) esperados. A linha mestra indica, em primeiro lugar, a **estrutura analítica do projeto**, ou seja, a descrição dos componentes, objetivos e impactos. Na sequência, deve-se considerar os **indicadores** para cada item descrito, bem como suas **fontes de verificação**. Por último, são descritos os **riscos** a serem enfrentados durante a execução do projeto, bem como os riscos mais gerais e que ameaçam o alcance dos objetivos e impactos propostos.

5 Declaração do programa

O Programa de Proteção Social está alinhado aos conceitos e diretrizes da Política de Assistência Social, definida pela Lei Orgânica da Assistência (LOAS), pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e com as propostas dos Planos Estaduais de Proteção Social dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Esse arcabouço legal norteia as ações da Assistência Social em direção ao público que dela necessita e orienta o trabalho a partir da oferta de serviços e benefícios e de garantia de direitos,

observadas as áreas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, a territorialidade das comunidades atingidas e vulnerabilidade dos atingidos.

Nesse sentido, o Programa de Proteção Social se diferencia das atribuições do poder público por ter a responsabilidade na reparação e mitigação dos danos causados às famílias, principalmente as vulneráveis, em função do rompimento da barragem de Fundão, conforme descrito na cláusula 56 do TTAC, excluindo o que for de capacidade do poder público.

Em sua implementação, o Programa de Proteção Social parte do pressuposto que somente a partir da identificação do público impactado vulnerável é que poderão ser definidas as macroações do programa, ou seja, a identificação dos vulneráveis atingidos perpassa todas as ações direcionadas ao fortalecimento, desde o período emergencial, da rede local de serviços socioassistenciais, ao planejamento e ações de reparação.

5.1 Objetivos, premissas e restrições

Objetivos:

O primeiro objetivo do Programa de Proteção Social é o de **ampliar as capacidades e habilidades do público impactado, priorizando públicos vulneráveis, para participação no mundo do trabalho**. O acesso ao trabalho é um direito fundamental, previsto no Art. 6º, Capítulo II, da Constituição Federal. Por sua vez, o Art. 203, Seção IV, da Constituição define que é papel da Assistência Social a “*promoção e integração ao mercado de trabalho*”. O objetivo, portanto, atende às cláusulas 55 e 56 do TTAC, que versam sobre a observância das leis, o fortalecimento e foco nas diretrizes da Política Pública de Assistência Social. Para além das cláusulas específicas da *Subseção 1.5 Programa de Proteção Social*, o objetivo em tela atende também os incisos I, II, III, IV, V e VI da Cláusula 06 do TTAC que definem as diretrizes para as ações, atividades

e projetos, estabelecidos pelos programas, para promoção do desenvolvimento social e econômico das famílias impactadas vulneráveis.

O segundo objetivo é **reduzir as fragilidades de implementação da Política de Assistência Social pelos Estados e Municípios** para lidar com as especificidades decorrentes do rompimento da barragem. Esse objetivo está em sintonia com a Cláusula 55 do TTAC, que orienta que *toda* ação do Programa deva se dar em "*conformidade com as Políticas Públicas*". Atuar para fortalecer a Política Pública é ainda uma forma de prover Assistência Social às famílias impactadas vulneráveis sem gerar concorrência ou sobreposição de serviços, observando, uma vez mais, as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (Cláusula 57) e assegurando a continuidade dos serviços públicos essenciais (Cláusula 56 – Parágrafo Único).

O terceiro objetivo do Programa de Proteção Social é promover o **fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários**. Esse objetivo atende as Cláusulas 54 e 56 do TTAC, que estabelecem que a Fundação Renova deverá *promover a Proteção Social por meio de ações socioassistenciais e acompanhamento às famílias*, inclusive adotando protocolos para o atendimento das famílias impactadas que estejam em situação de vulnerabilidade ou risco social por violação de direitos em decorrência do Evento. Ressalta-se também o Parágrafo Único da Cláusula 56, que versa sobre a observância das leis vigentes no país, em especial a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que estrutura a Proteção Social de Assistência Social de forma hierarquizada (Proteção Básica e Especial) e em níveis de complexidade do processo de proteção, por decorrência do impacto de riscos no indivíduo e em sua família.

O inciso I do Art. 6º da LOAS define que a Proteção Social Básica deve *prevenir situações de vulnerabilidade por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários*, já o inciso II define a Proteção Social Especial enquanto *um conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e*

aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. Assim sendo, as ações do Programa de Proteção Social estão claramente circunscritas por leis e normativas da Política Pública de Assistência Social brasileira, o que orienta e restringe as ações de reparação da Fundação.

Requisitos:

1. As ações para o programa deverão observar as regras e diretrizes da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS); da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil); da Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS n.145 de 15 de outubro de 2004) ; e do Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres (Portaria Interministerial n. 2, de 6 de dezembro de 2012)⁵;
2. As ações a serem executadas devem estar alinhadas com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com as demais Políticas Públicas Sociais;
3. Para o Programa de Proteção Social, é imprescindível a integração com os demais Programas da Fundação Renova, bem como a articulação com o Poder Público, nos três níveis de governo;
4. As ações do Programa devem ser planejadas em observância às principais causas do problema central, tal como identificadas por meio da Metodologia do Marco Lógico;
5. As medidas reparatórias previstas pelo Programa, bem como o Monitoramento e a Avaliação dos resultados, deverão ser definidas e realizadas com o auxílio de especialistas (Inciso VIII, Cláusula 06 do TTAC);

⁵ TTAC, cláusula 57

6. O prazo previsto para o Programa será de 36 (trinta e seis meses) a partir de 30 dias da assinatura do TTAC, podendo ser prorrogado, caso a necessidade seja fundamentadamente justificada 12 (doze) meses antes de encerrado o prazo original⁶. Nos casos específicos em que houve o deslocamento das famílias, o programa será finalizado dois anos após o reassentamento conforme previsto.

Premissas:

1. Os custos do Programa serão integralmente cobertos pela Fundação Renova.
2. O público beneficiário é interessado e estará disponível para participar das ações previstas pelo Programa, bem como de seu planejamento e acompanhamento de resultados.
3. Os equipamentos e as equipes da Assistência Social dos Estados e Municípios impactados são interessados e estarão disponíveis para colaborar com a realização das ações (e seu planejamento) e receber os investimentos e capacitações previstas pelo Programa.
4. Durante o período de execução do Programa, os municípios e famílias impactadas vulneráveis não sofrerão acúmulo de impactos decorrentes de novas catástrofes ambientais.
5. A crise econômica e o nível de desemprego não serão agravados durante o período de execução do Programa.

Restrições:

Deve-se atentar para as seguintes restrições e contingências inerentes ao Programa:

1. Restrições institucionais:

- Dificuldades na estruturação da oferta de serviços nos territórios impactados por parte dos governos Estaduais e Municipais;

⁶ TTAC, cláusula 58 – caput e §único

- Desafio da integração dos Programas Socioeconômicos e Socioambientais da Fundação Renova.

2. Restrições territoriais:

- O alcance do Programa compreende os municípios descritos no TTAC (em Minas Gerais e no Espírito Santo) e os municípios incluídos nas deliberações do CIF e seus respectivos territórios atingidos.

3. Restrições temporais:

- O prazo de execução do Programa deve ser compatível com o cronograma de execução da reconstrução e do reassentamento das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo (Mariana/MG) e Gesteira (Barra Longa/MG), assim como o prazo previsto no TTAC. Caso haja deliberação do CIF, o cronograma será alterado.

5.2 Mobilização do conhecimento e identificação das soluções

Para buscar compreender o impacto do rompimento da barragem de Fundão sobre as famílias e municípios, um exercício válido consiste em analisar indicadores e estatísticas já existentes. Alguns desses dados oferecem pistas, ainda que indiretas, sobre os impactos do evento e, se usados de maneira complementar, permitem orientar o trabalho do Programa de Proteção Social, em específico, e da Fundação Renova, de maneira ampla.

Outro aspecto importante na análise dos dados sociais do território impactado, é a busca para compreensão de aspecto de vulnerabilidade que envolvem este público alvo do Programa. Conhecer os dados históricos da família nos remete para definição da

governabilidade que temos, para construir intervenções nos impactos decorrentes do rompimento e alterar estes cenários, que é um dos desafios para Programa.

Os dados analisados para entender melhor o cenário e também subsidiar a elaboração de estratégias para atuação do Programa são, portanto, o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF); o Índice de Desenvolvimento do Centro de Referência da Assistência Social (IDCRAS); o Índice de Desenvolvimento do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (IDCREAS); e o Registo Mensal de Atendimento (RMA).

IDF - O Índice de Desenvolvimento da Família e as vulnerabilidades e riscos do público impactado

O Índice de Desenvolvimento da Família – IDF, uma medida criada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que possibilita a identificação das dimensões, componentes e variáveis que mais impactam o desenvolvimento das famílias. No IDF⁷, são seis dimensões: *desenvolvimento infantil, vulnerabilidade da família, condições habitacionais, disponibilidade de recurso, acesso ao conhecimento e acesso ao trabalho*. O IDF possibilita avaliar quais aspectos do desenvolvimento das famílias apresentam piores ou melhores resultados.

O gráfico a seguir⁸ apresenta os valores médios de IDF das famílias registradas no Cadastro Integrado em cada um dos municípios que compõem o escopo do TTAC, bem como os valores médios de cada uma das dimensões que compõem o IDF. Por meio desse gráfico, é possível avaliar quais dimensões mais contribuem para os valores

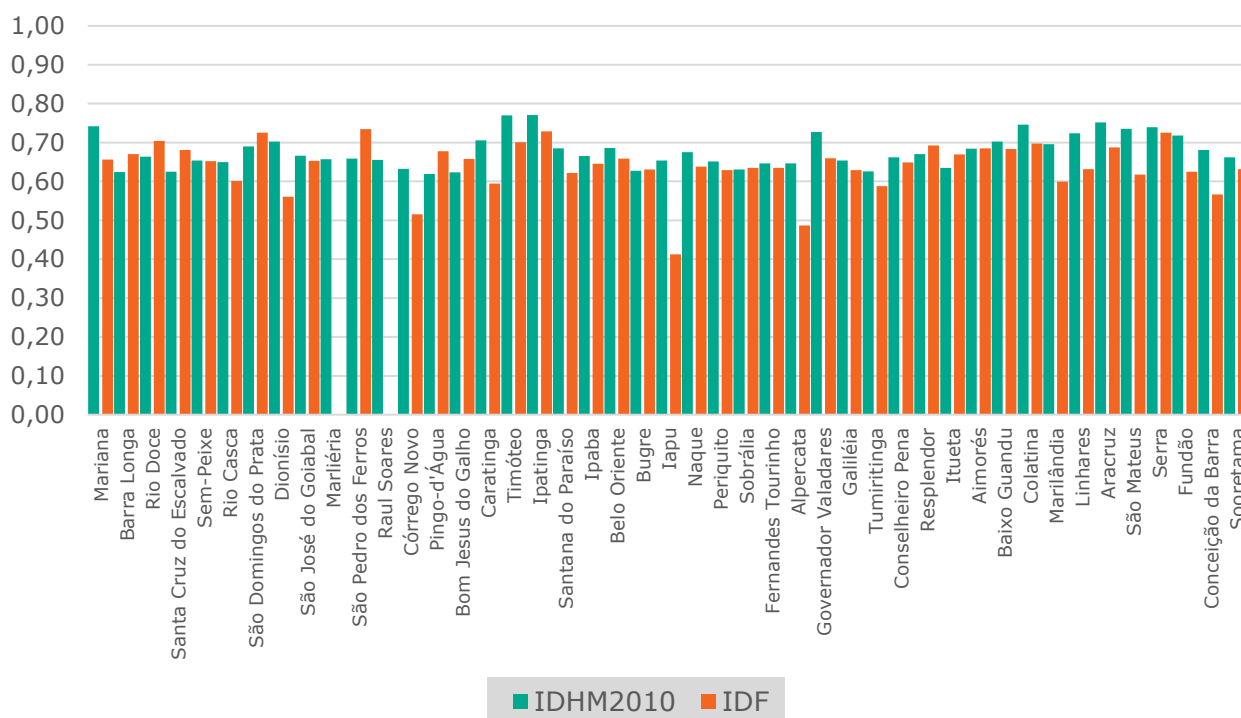
⁷ O IDF das famílias foi calculado pela Fundação Renova, por meio do Programa de Cadastro, a partir dos dados do Cadastro Integrado. A base utilizada data de 31/10/2017.

⁸ Os municípios de Marliéria e Raul Soares não apresentam dados de IDF devido ao fato de não haver, na base utilizada, famílias cadastradas no Cadastro Integrado.

observados, de forma a compreender onde estão os desafios de ação e como se pode contribuir para a elevação dos valores do índice.

Pelo gráfico, é possível perceber que as dimensões do IDF que apresentam resultados mais desfavoráveis são o *acesso ao trabalho* e *disponibilidade recursos*. A dimensão *acesso ao trabalho* é composta por variáveis relacionadas à ocupação dos membros da família e à forma como isso se dá, como a qualidade dos postos de trabalho e a remuneração das pessoas que possuem uma ocupação. No gráfico, essa dimensão em geral está abaixo de 0,4, diante de um IDF médio de 0,65. A dimensão *disponibilidade de recursos*, composta por variáveis relacionadas à renda per capita e a capacidade de geração de renda, também apresenta valores abaixo dos valores médios de IDF, indicando uma influência no resultado geral. Cabe lembrar que o valor final do IDF é calculado como uma média dos valores das dimensões. Portanto, uma dimensão que apresente valores baixos influencia para baixo o valor do IDF.

IDH-M e IDF dos municípios



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (Com dados dos Censos 1991, 2000 e 2010.)
Nota: Dados trabalhados pela Fundação Renova

Gráfico2 - IDH-M e IDF dos municípios

O IDF se coloca, portanto, como um indicador robusto para a mensuração da condição das famílias, tendo em vista que permite verificar diversos aspectos do seu desenvolvimento, bem como possibilita a medição ao longo do tempo por meio de atualizações e pesquisas longitudinais.

Com base nas informações contidas no Cadastro Integrado foi possível identificar, quantificar e qualificar os possíveis agravamentos das vulnerabilidades em todos os territórios impactados por meio da utilização do IDF.

IDCRAS - Índice de Desenvolvimento do Centro de Referência da Assistência Social e as capacidades de atenção socioassistencial básica nos municípios impactados

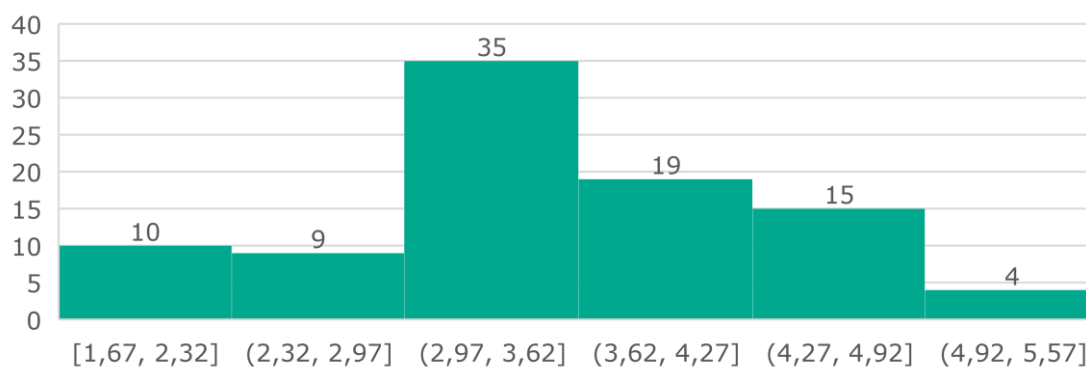
O IDCRAS é o Índice de Desenvolvimento dos Centros de Referência da Assistência Social. Ele é calculado anualmente, com base nas informações do Censo Suas, para todos os equipamentos de Proteção Básica da Assistência Social (CRAS) existentes no território nacional. Esse Índice é composto por três dimensões: i) estrutura física; ii) recursos humanos e iii) serviços e benefícios. A escala varia de 1 a 5, sendo que quanto maior a pontuação, melhores as condições de atendimento dos CRAS. De acordo com a NOTA TÉCNICA N. 027/2015/DGSUAS/SNAS/MDS, os níveis 1 e 2 são considerados insuficientes e “muito aquém do desejável”, ou muito ruim e ruim. O nível 3 é considerado aceitável e os níveis 4 e 5 são considerados, respectivamente, como bom e ótimo.

A dimensão **estrutura física** avalia a existência (não a qualidade) dos seguintes espaços e recursos: recepção; salas de atendimento; sala de administração; banheiros; acessibilidade e computadores conectados à internet. A dimensão **recursos humanos** considera a existência de, pelo menos, cinco profissionais, sendo, no mínimo, três de nível superior. Considera ainda se o CRAS possui em seu quadro de servidores pelo menos um Assistente Social e um Psicólogo. Dentre os profissionais, o coordenador geral deve ter curso superior, e pelo menos um profissional deve ter vínculo empregatício estatutário ou público celetista. Por último, a dimensão **serviços e benefícios** avalia a existência e oferta de serviços como PAIF (Serviço de Atendimento Integral à Família) e SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos) para, pelo menos, três ciclos de vida. São avaliados ainda o horário de funcionamento do CRAS (pelo menos 5 dias/40 horas por semana); a realização da atualização cadastral

do Bolsa Família e a existência de articulação com a rede (especialmente serviços de saúde e educação).

Em 2015, ano de ocorrência do **Evento**, havia, considerando todos os municípios impactados, **92** Centros de Referência da Assistência Social. A **nota média do IDCRAS** de todos os equipamentos era de **3,41**. No total, 19 CRAS (20%) possuíam avaliação insuficiente (nota inferior a 3) e quase metade (47,8% ou 44 CRAS) era classificada como aceitável. A nota 4 (bom) era atribuída a 27,1% dos equipamentos e apenas 4 CRAS possuíam nota máxima (5), ou seja, desenvolvimento ótimo. Na comparação com o universo dos Centros de Referência de todo o Brasil, o subconjunto dos CRAS dos territórios impactados, em 2015, possuía maior percentual de equipamentos com desenvolvimento aceitável e bom. No Brasil, o percentual de CRAS com desenvolvimento ruim e muito ruim era de 29,5%; o percentual de CRAS com desenvolvimento aceitável era de 44,8% e de nível bom ótimo era de 25,5%.

Histograma dos IDCRAS dos municípios impactados, 2015



Fonte: Censo SUAS (2014-2015-2016)
Nota: Dados trabalhados pela Fundação Renova

Gráfico 3 – Histograma dos IDCRAS dos municípios impactados, 2015

Entre os anos de 2014 e 2016, nos territórios impactados, houve acréscimo gradual no percentual de Centros de Referência com desenvolvimento bom e aceitável, bem como uma redução, também gradual e constante, na quantidade de equipamentos com desenvolvimento ruim.

Percentual de CRAS por situação de IDCRAS nos municípios impactados

2014 – 2015 – 2016

	Muito ruim (1)	Ruim (2)	Aceitável (3)	Bom (4)	Ótimo (5)
2014	2,22%	22,22%	46,66%	25,55%	3,33%
2015	3,26%	17,39%	47,82%	27,17%	4,34%
2016	1,05%	15,78%	49,47%	32,63%	1,04%

Fonte: Censo SUAS (2014-2015-2016)

Nota: Dados trabalhados pela Fundação Renova

Tabela 4: Percentual de CRAS por situação de IDCRAS nos municípios impactados

Em 2016, a nota média dos equipamentos dos municípios impactados teve um pequeno acréscimo, subindo de 3,41 para 3,49. Considerando as dimensões, em todos os anos, é possível observar um padrão. A dimensão *oferta de serviços e benefícios*, nos três anos analisados, apresentou a pior nota, e a dimensão *recursos humanos* a melhor. Em 2016, 37,9% dos CRAS ofertavam serviços e benefícios de forma insuficiente; 31,6% possuíam estrutura física precária e 13,7% operavam com condições de recursos humanos insuficiente.

Os dados e informações do Índice de Desenvolvimento dos CRAS revelam que um em cada cinco equipamentos de Proteção Básica da Assistência Social, nos municípios impactados pelo evento, operava em condições ruins ou muito ruins em 2015. Apesar da ligeira melhora, boa parte dos Centros segue funcionando com dificuldades para atender a demanda ordinária. A dimensão *oferta de serviços e benefícios*, no período

analisado, obteve consistentemente a pior nota. **O diagnóstico multidimensional dos equipamentos da Assistência Social oferece um caminho promissor para a elaboração de ações que visam fortalecer, pelo lado da oferta pública, a atenção socioassistencial básica nos municípios impactados.**

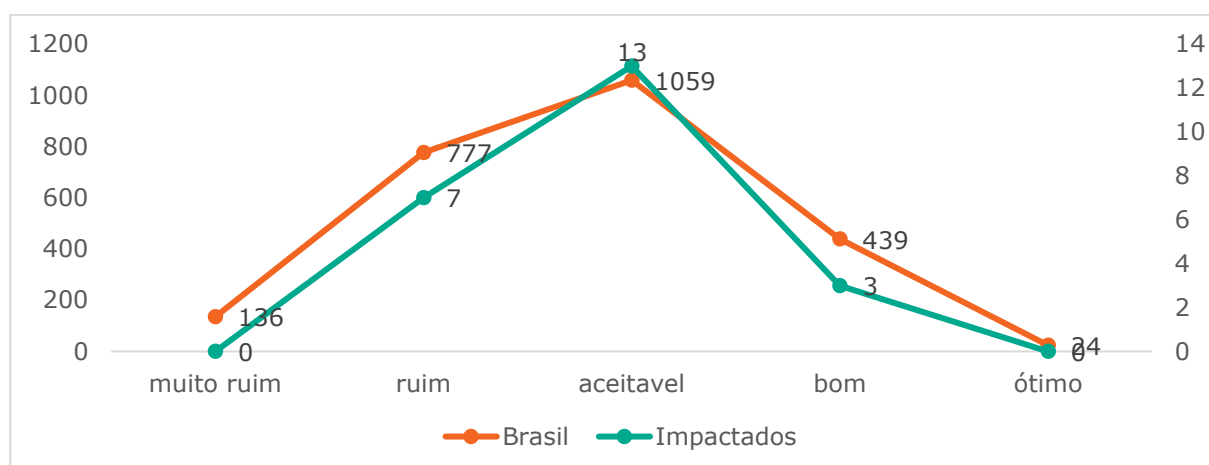
IDCREAS - Índice de Desenvolvimento do Centro de Referência Especializado da Assistência Social

O IDCREAS foi construído seguindo a mesma lógica do novo IDCRAS. Ele é também composto por três dimensões, a saber: “Estrutura Física”, “Recursos Humanos” e “Serviços”, avaliadas também a partir de 5 níveis. Em cada dimensão, os níveis levam em consideração o porte do município e se a unidade CREAS é municipal ou regional. Semelhante ao IDCRAS, o indicador sintético final também é obtido pela média aritmética simples dos níveis atingidos em cada uma das dimensões.

O IDCREAS é composto por informações que retratam a estrutura física das unidades dos CREAS, as características qualitativas e quantitativas das equipes, o escopo das ações e serviços ofertados à população e os respectivos procedimentos necessários para uma oferta adequada dos serviços.

Em 2015, ano de ocorrência do **Evento**, havia, considerando todos os municípios impactados, **23** Centros de Referência Especializados da Assistência Social. A **nota média do IDCREAS** era de **3,10**. No total, 07 CREAS (30,4%) possuíam avaliação insuficiente (nota inferior a 3) e mais da metade (56,52% ou 13 CREAS) era classificada como aceitável. A nota 4 (bom) era atribuída a 13,04% dos CREAS, ou seja, 03 equipamentos, e nenhum equipamento alcançou a nota máxima (5), ou seja, desenvolvimento ótimo.

Na comparação com o universo dos CREAS de todo o Brasil, o subconjunto dos CREAS dos territórios impactados, em 2015, possuía avaliação média equivalente aos equipamentos avaliados em todo território nacional. No Brasil, a avaliação média dos equipamentos era de 3,09 enquanto nos municípios impactados era 3,1.



Fonte: Censo SUAS (2014-2015-2016)
Nota: Dados trabalhados pela Fundação Renova

Gráfico 4 Comparação universo CREAS Brasil e municípios impactados

Percentual de CREAS por situação de IDCREAS nos municípios impactados

2014 – 2015 – 2016

	Muito ruim (1)	Ruim (2)	Aceitável (3)	Bom (4)	Ótimo (5)
2014	9,09%	36,36%	40,90%	13,63%	0
2015	0	30,43%	56,52%	13,04%	0
2016	0	30,43%	60,86%	8,69%	0

Fonte: Censo SUAS (2014-2015-2016)
Nota: Dados trabalhados pela Fundação Renova

Tabela 5: Percentual de CREAS por situação de IDCREAS nos municípios impactados

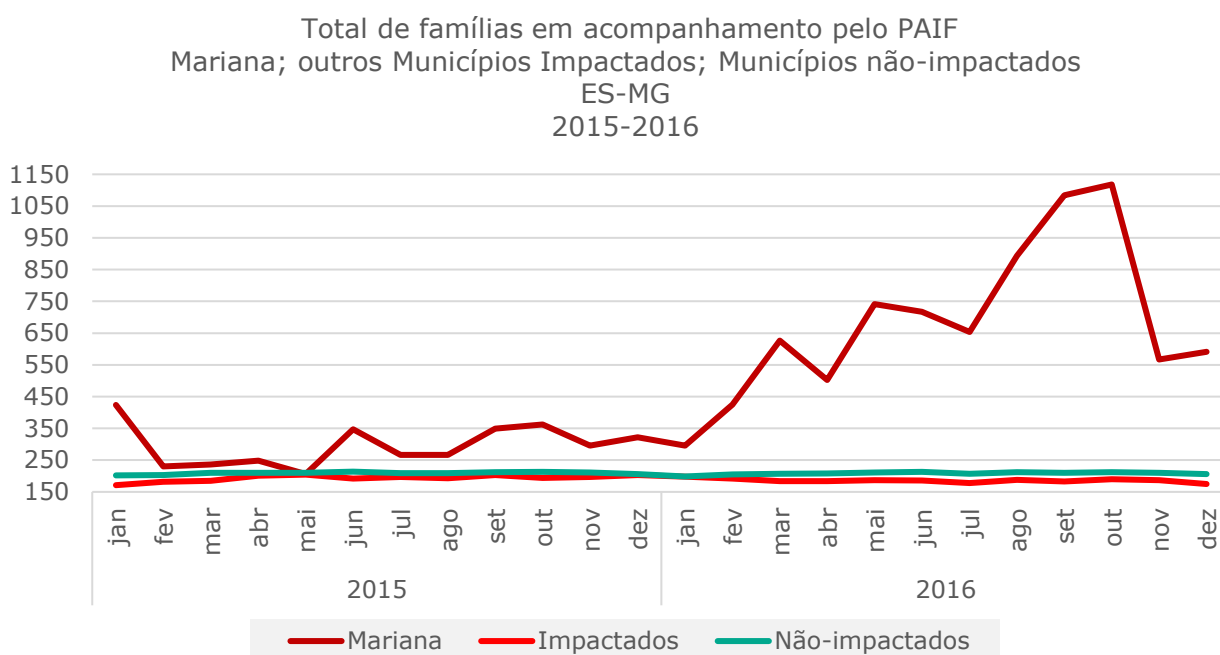
Os dados e informações do Índice de Desenvolvimento dos CREAS revelam 30,43% dos equipamentos, nos municípios impactados pelo evento, operava em condições ruins em 2015. Apesar da ligeira melhora, boa parte desses equipamentos segue funcionando com dificuldades para atender a demanda ordinária. As dimensões de *estrutura física e serviços*, no período analisado, obtiveram consistentemente as piores notas. **O diagnóstico multidimensional dos equipamentos da Assistência Social oferece um caminho promissor para a elaboração de ações que visam fortalecer, pelo lado da oferta pública, a atenção socioassistencial de média complexidade nos municípios impactados.**

RMA - O Relatório Mensal de Atendimento e o acréscimo de demanda por serviços e benefícios socioassistenciais nos municípios impactados

O Relatório Mensal de Atendimento (RMA) é o principal instrumento de coleta rotineira de dados da Assistência Social. O Registro possui três blocos: i) famílias acompanhadas pelo PAIF; ii) atendimentos individualizados realizados no CRAS; iii) atendimentos coletivos realizados no CRAS. Os dados são exclusivamente quantitativos e não falam sobre possíveis incrementos na intensidade da pobreza e das vulnerabilidades e riscos vivenciados pelo público da Assistência. Não se trata também de uma pesquisa em painel, ou seja, não é possível dizer se as famílias atendidas/acompanhadas em um determinado mês são as mesmas acompanhadas/atendidas no mês anterior. O RMA também tem sido muito criticado devido ao suposto baixo rigor das equipes em registrar as informações. Apesar das críticas, cabe notar que o Registro é uma ferramenta oficial do Ministério do Desenvolvimento Social e que, ainda que seja passível de aperfeiçoamento, já se mostra bastante adequada e útil, sobretudo para a verificação de grandes tendências temporais.

Quando analisados os municípios afetados pelo Evento e observados os impactos, em termos quantitativos, nos atendimentos feitos pelos equipamentos da Assistência

Social, nota-se pouca variação, à exceção dos municípios mais próximos, que foram os primeiros impactados e que receberam apoio para políticas públicas de forma emergencial desde o rompimento da barragem. Esses municípios, com destaque para Mariana-MG, registraram um aumento expressivo em todos os registros do RMA. Em Mariana, a quantidade de famílias acompanhadas pelo PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) saltou de 296 em novembro de 2015 para 627 em março de 2016, alcançando um pico de 1118 famílias acompanhadas em outubro de 2016. Após o rompimento, boa parte dos registros de ações do RMA (atendimentos, inclusões, acompanhamentos, encaminhamentos e visitas domiciliares), tiveram um salto e se mantiveram em patamares elevados nos meses subsequentes, demonstrando a otimização do acompanhamento das famílias atingidas à partir do apoio às políticas públicas implementado em caráter emergencial e mantido por parte da Fundação Renova.

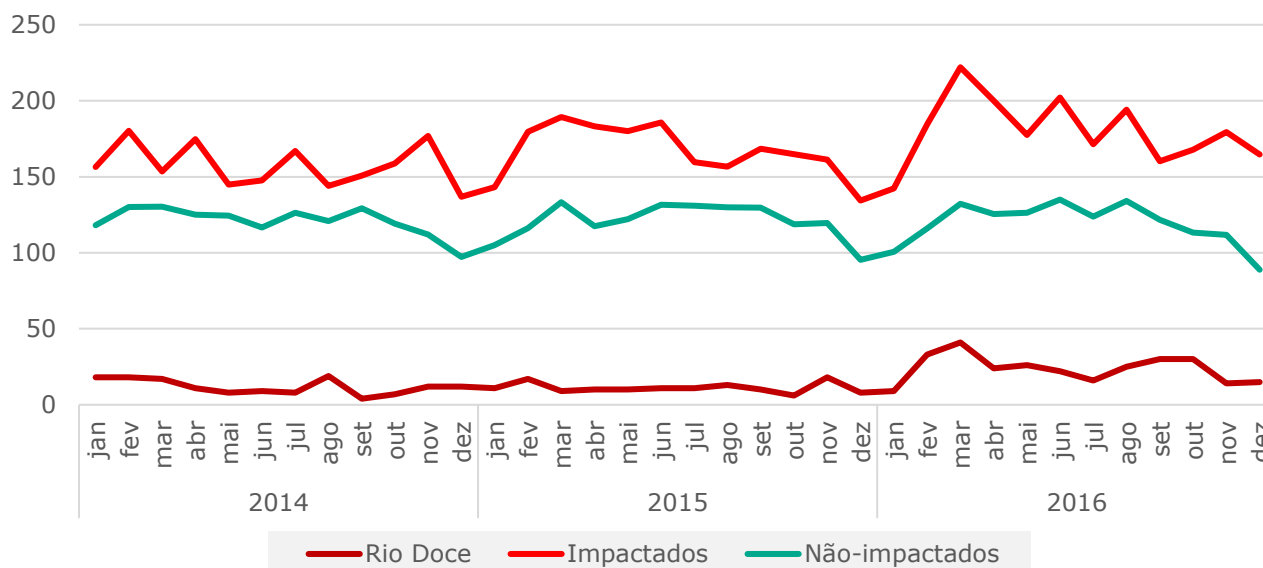


Fonte: Registro Mensal de Atendimento-RMA (2015-2016) - MDS/SNAS

Gráfico 5 – Famílias Acompanhadas pelo PAIF (Mariana, municípios impactados e não impactados)

Na maioria dos municípios, porém, os acréscimos foram menores ou não foi possível notar acréscimos nos registros do RMA atribuíveis ao Evento. O caso de Rio Doce, pequeno município mineiro de porte I, e de Linhares, município capixaba de porte médio, são ilustrativos. Em Rio Doce houve um aumento na quantidade de atendimentos individualizados realizados no primeiro trimestre de 2016. Se no ano anterior a média girou em torno de 10 atendimentos mensais, no ano seguinte ela dobra e atinge um pico de 41 atendimentos em março. O acréscimo observado no primeiro trimestre, porém, foi também observado para o conjunto de municípios, do mesmo estado e do mesmo porte, tanto os não-impactados, como, com mais intensidade, os impactados.

Total de atendimentos individualizados realizados no mês. Rio Doce e municípios de mesmo porte em Minas Gerais 2014-2015-2016

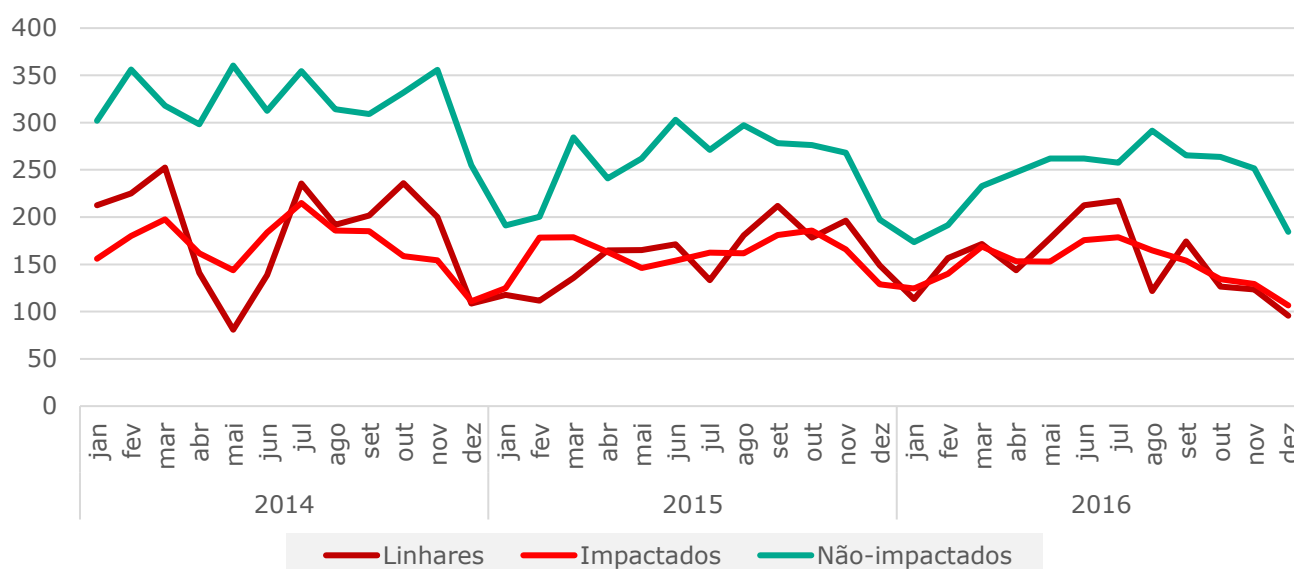


Nota: Registro Mensal de Atendimento-RMA (2015-2016) - MDS/SNAS

Gráfico 6 - Total de atendimentos individualizados - Rio Doce e municípios de mesmo porte em Minas Gerais (2014-2015-2016)

No caso de Linhares, não foi possível notar grandes alterações pós-Evento. Os atendimentos individualizados mensais seguem curvas semelhantes na comparação com os municípios capixabas, de mesmo porte, impactados e não-impactados.

Total de atendimentos individualizados realizados no mês. Linhares e municípios de mesmo porte no Espírito Santo 2014-2015-2016



Nota: - Registro Mensal de Atendimento-RMA (2015-2016) - MDS/SNAS

Gráfico 7- Total de atendimentos individualizados - Linhares e municípios de mesmo porte em Espírito Santo (2014-2015-2016)

É a conjugação das informações da estrutura e qualidade dos equipamentos da Política de Assistência Social, fornecidas pelo IDCRAS e IDCREAS, com os dados do acréscimo de demanda sobre os serviços, oferecidas pelo RMA, juntamente com os dados da vulnerabilidade das famílias (IDF) coletados pelo

Cadastro Integrado, que fornece o melhor panorama possível para a realização das intervenções do Programa de Proteção Social.

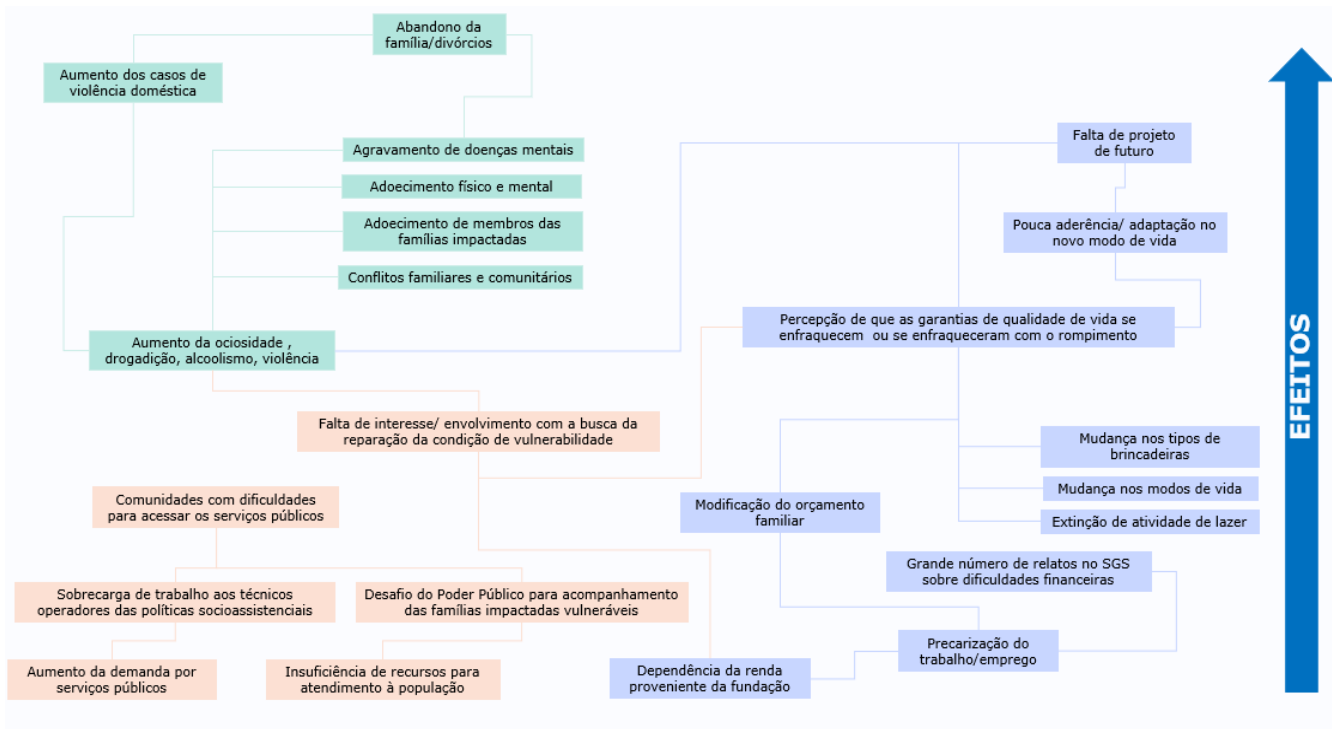
5.3 Construção da Solução

A construção das soluções ou a identificação de estratégias de intervenção na redução das vulnerabilidades provocadas pelo rompimento da barragem se deu a partir da aplicação de um conjunto de critérios e envolvimento dos atores presentes na Oficina de revisão de Escopo do Programa de Proteção Social.

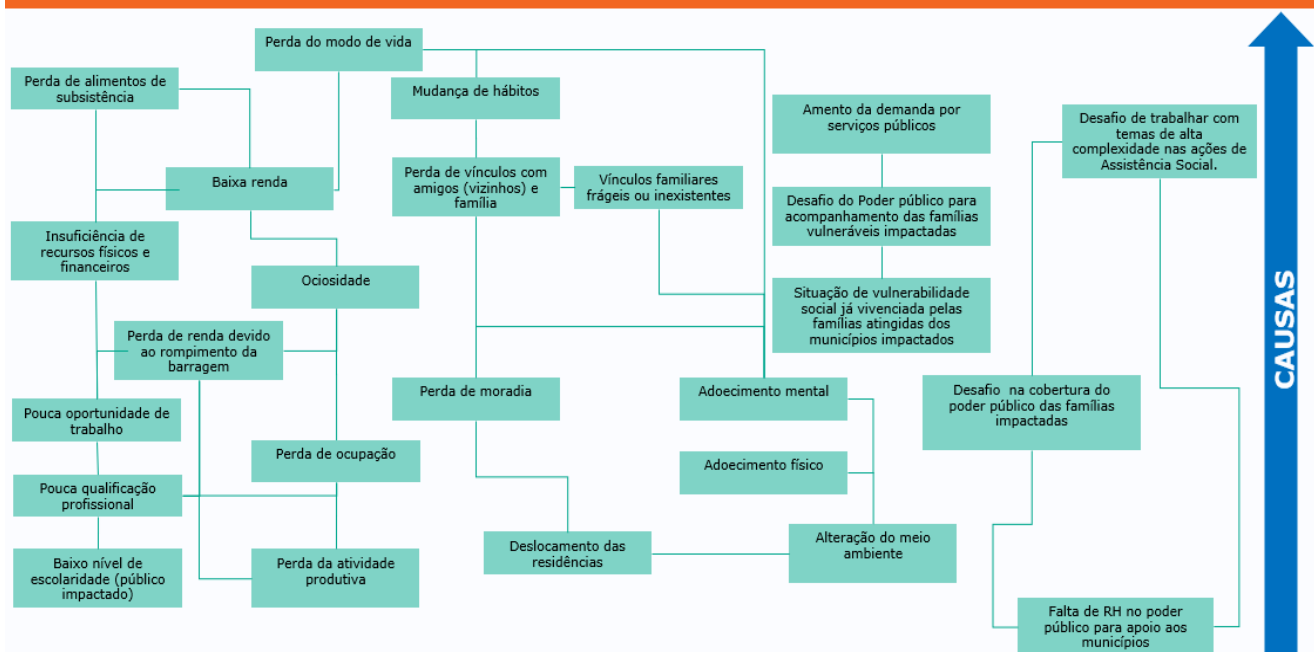
A construção metodológica do escopo partiu da definição sobre qual o problema a ser enfrentado pelo programa. Com identificação da situação problema, tornou-se mais claro definir as ações integrantes do programa, dado que estas devem estar orientadas para alterar as causas do problema.

A partir da apresentação das considerações do grupo, foi construída a árvore de problemas possibilitando o reconhecimento dos aspectos que influenciam no foco da intervenção. A observação das causas e efeitos dispostos na árvore facilitou a identificação das possibilidades de intervenção por meio da construção da árvore de objetivos.

Na figura a seguir é possível identificar os três eixos principais que norteiam esse documento.



Risco de agravamento da vulnerabilidade da população impactada pelo rompimento da barragem



Nota: Construção a partir da Oficina de Proteção Social realizada em setembro/2018

Árvore de Problemas

5.4 Histórico de engajamento dos stakeholders

O quadro abaixo recupera os principais marcos da interlocução entre o Programa de Proteção Social e seus principais *stakeholders* na construção do escopo e das soluções aos desafios do Programa.

Stakeholders	Marcos de engajamento
Secretarias Municipais de Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões com as gestões municipais de Mariana e Barra Longa, para a elaboração dos Planos Emergenciais; • Realização de oficinas, para a escuta dos gestores municipais, repasse de informações, levantamento de insumos a sistematização do escopo do Programa, apresentação do Mapa de vulnerabilidade e da Matriz de ações integrada para se fazer a reparação das famílias impactadas vulneráveis.
Programas da Fundação Renova	<ul style="list-style-type: none"> • Participação nas atividades dos Programas de Reconstrução, Recuperação e Realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira; e do Programa de Turismo, Cultura e Lazer para contribuir com as ações de atendimento de adolescentes e idosos; • Reunião de alinhamento das ações de reparação integrada com vários Programas da Fundação; • Realização de reuniões com as equipes dos Programas para tratativas dos casos de famílias identificadas em situação de vulnerabilidade e risco social; • Reunião com programas socioeconômicos, para construção da política de reparação.
Ministério Público Federal e Estadual	<ul style="list-style-type: none"> • Participação de reuniões para nivelamento de informações inerentes ao programa.
Câmaras Técnicas	<ul style="list-style-type: none"> • Participação de equipe da Câmara Técnica nas oficinas de escuta aos gestores municipais para o levantamento de insumos para o escopo do Programa; • Apresentação na Câmara Técnica de Organização Social-CTOS do escopo do programa; • Envio de relatório das ações implementadas no Programa.
Ministério de Desenvolvimento Social (MDS)	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de reuniões com a Diretoria de Proteção Básica e Diretoria de Gestão do SUAS para a validação do programa antes da submissão à Câmara Técnica de Organização Social; • Mediar a implantação das ações de reparação nos municípios, com objetivo de clarear as atribuições dos atores envolvidos e garantir uma relação de engajamento.
Secretarias de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (MG e ES)	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de reuniões com a SETADES/ES (Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do Espírito Santo) para a construção de ações direcionadas às particularidades das famílias impactadas vulneráveis na região; • Realização de reuniões com a SEDESE/MG (Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social de Minas Gerais) para construção de supervisão técnica, pela equipe estadual, com os municípios impactados.

Quadro 1: Histórico de engajamento dos stakeholders

5.5 Interface com outros Programas

A perspectiva da Fundação Renova é de construir a política de reparação buscando conexões com os demais Programas desenvolvidos no âmbito da organização, bem com iniciativas afins desenvolvidas pelo poder público, em suas diferentes instâncias.

No que diz respeito ao Programa de Proteção Social, a necessidade de integração se torna ainda mais evidente quando se identifica que a solução para diversos dos problemas decorrentes do rompimento e que agravam à situação de vulnerabilidade social é dada no âmbito de outros Programas, conforme as definições dadas pelo TTAC.

A principal dessas interfaces diz respeito à segurança alimentar e as iniciativas para apoio ao acesso ao trabalho e melhoria das condições de renda, conforme demonstrados nos valores das dimensões **acesso ao trabalho e disponibilidade de recursos de IDF**. Considerando que esta dimensão é parte integrante das propostas dos Planos Estaduais de Enfrentamento da Pobreza, cabe ao Programa de Proteção Social, a articulação junto aos diversos programas da Fundação Renova, para garantir o acesso das famílias impactadas vulneráveis e atendidas nos serviços socioassistenciais (da proteção básica ou especial) às oportunidades de trabalho, geração de renda, de estímulo ou aumento da produção no campo, e inserção no mundo do trabalho.

Sendo assim, tratando o enfrentamento da pobreza enquanto parte integrante do Programa de Proteção Social, este realizará articulação junto aos demais Programas da Fundação Renova e Poder Público visando à complementação de ações necessárias à recuperação dos territórios; ao acesso à documentação, água, alimento; à garantia da capacidade produtiva para melhoria das condições de subsistência e ao fortalecimento da autonomia das famílias impactadas vulneráveis.

Para tanto, a Equipe da Proteção Social promove regularmente reuniões com representantes dos programas da Fundação Renova e públicos afins. Esses momentos são destinados ao alinhamento de informações, planejamento, integração de ações,

encaminhamento das demandas, bem como para o acompanhamento das tratativas aos encaminhamentos gerados pelas partes interessadas.

Programa	Descrição da interface	Ações conjuntas
PG001 <i>Levantamento e Cadastro</i>	Identificação do público, definição dos territórios nos municípios e os tipos de vulnerabilidade agravadas e ou instaladas depois do rompimento conforme declaração cada família.	<ul style="list-style-type: none"> • Cálculo do Índice Desenvolvimento Familiar - IDF das famílias nos territórios; • Análise de base de dados para elaboração de análises, relatórios e cálculo de indicadores.
PG002 <i>Programa de ressarcimento e de indenização (PIM)</i>	Realização de ações conjuntas para o atendimento prioritário das famílias e ou indivíduos vulneráveis.	<ul style="list-style-type: none"> • Definição de critérios para priorização de pagamento de Indenização e Auxílio Financeiro para famílias vulneráveis; • Realização de Oficinas de Educação Financeira; • Articulação com o Poder Público para acompanhamento das famílias após recebimento de indenização/auxílio.
PG021 <i>Auxílio Financeiro Emergencial</i>		
PG003 <i>Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Indígenas</i>	Proposição de ações para atendimento aos povos e comunidades impactados considerando as especificidades desse público.	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de indícios de vulnerabilidade social. Tipificação de situações de risco de vulnerabilidade social. • Apoio à construção de soluções de Proteção Social para estas famílias, povos e comunidades tradicionais em conjunto com o Poder Público local.
PG004 <i>Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais</i>		
PG010 <i>Programa de reparação das demais Comunidades e Infraestrutura impactadas</i>	Definição de estratégias para o atendimento das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade devido a problemas com	<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhamento das demandas e acompanhamento das tratativas relativas às famílias em situação de vulnerabilidade.

obras de recuperação e reconstrução das localidades de moradia.

PG011 *Recuperação das Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar*

Desenvolvimento de conjunto de ações relacionadas ao atendimento a crianças e adolescentes relacionados ao desempenho escolar.

- Apoio no acompanhamento das atividades das famílias com crianças em acompanhamento psicossocial e psicopedagógico, priorizando as crianças oriundas de famílias que tiveram deslocamento físico.

PG008 *Reconstrução de vilas e reassentamento*

Trabalho social para o atendimento às famílias com deslocamento físico, compreendendo os períodos de pré e pós-morar.

- Acompanhamento de famílias com deslocamento físico, no que tange à readaptação territorial.
- Desenvolvimento de ações com vistas ao resgate de vínculos sociais e comunitários e à recuperação da memória coletiva;
- Promoção de atividades de adaptação após a fixação na nova comunidade.
- Inserção das famílias nos espaços e equipamentos públicos urbanos.

PG014
Saúde Física e Mental

Identificação e acompanhamento das situações de vulnerabilidades psicossociais e de saúde física a partir de encaminhamentos para serviços públicos.

- Mapeamento de usuários de risco em saúde mental, álcool e outras drogas em caráter preventivo e corretivo.
- Identificação precoce de demandas da saúde, a partir de protocolos de atendimentos e normatizações do SUS.

PG006
Diálogo Social

Interlocução para a criação e manutenção de espaços de diálogo com as famílias e ou pessoas impactadas vulneráveis.

- Encaminhamento aos serviços públicos das famílias/indivíduos com indícios de vulnerabilidade;
- Orientação de equipes para identificação de situações com indícios de vulnerabilidade social das famílias/indivíduos;
- Elaboração de ações conjuntas para atendimento às famílias.

PG016 *Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras*

Articulação para reinserção na atividade econômica da pesca das famílias vulneráveis e em situação de risco social.

- Encaminhamento das famílias com indícios de vulnerabilidade social e acompanhamento da execução das atividades.

PG017 *Retomada das atividades agropecuárias*

Articulação para reinserção na atividade econômica agropecuária das famílias vulneráveis e em situação de risco social.

- Encaminhamento das famílias com indícios de vulnerabilidade social para reinserção na atividade agropecuária e acompanhamento da execução das atividades.

PG020 *Estímulo à contratação de mão-de-obra local*

Encaminhamento das famílias vulneráveis para inclusão nas atividades de qualificação profissional.

- Acesso das famílias impactadas vulneráveis ao processo de qualificação e requalificação para o mundo do trabalho e para a contratação em oportunidades locais;
- Apoio à implementação de ações de geração de renda, observando as especificidades destes públicos vulneráveis.

PG19 *Programa de Recuperação de Micro e Pequenos Negócios*

Encaminhamento das famílias vulneráveis que tiveram seus negócios impactados para inclusão nas atividades deste programa.

- Encaminhamento das famílias com indícios de vulnerabilidade social para o Programa e acompanhamento da execução das atividades.

PG 12 *Programa de Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística*

Articulação para o desenvolvimento de ações socioeducativas em prol da preservação das memórias históricas e culturais das famílias que tiveram deslocamento físico, de forma a contribuir para a mitigação das condições de vulnerabilidade.

- Planejamento conjunto e apoio à realização de atividades que permitam o reestabelecimento dos modos de vida das famílias impactadas vulneráveis, nas novas localidades de moradia.

PG 31 *Coleta e Tratamento de água e esgoto e destinação de resíduos sólidos*

Acompanhamento das famílias impactadas vulneráveis localizadas em lixões e áreas com grande vulnerabilidade

- Encaminhamento das famílias com indícios de vulnerabilidade social para o Programa e acompanhamento da execução das atividades.

PG 32 *Melhoria do Sistema de abastecimento de água*

Articulação com o programa para avaliação e atendimento dos casos encaminhados

- Encaminhamento das famílias com indícios de vulnerabilidade social para o Programa e acompanhamento da execução das atividades.

PG 40 *CAR e PRAS*

Apoiar o cadastramento das propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), além de apoiar a elaboração e a implementação dos respectivos Programas de Regularização Ambiental (PRA).

- Encaminhamento das famílias em situação de riscos e vulnerabilidades para o Programa e acompanhamento da execução das atividades.

PG 18 *Economia Regional*

Contribuir e acompanhar o programa no desenvolvimento de outras atividades econômicas na região que promovam a diminuição de sua dependência com relação à indústria minerária, estimulando o surgimento de novas indústrias na região, baseada em alternativas tecnológicas de base sustentável e capaz de promover uma maior integração produtiva da população.

- Encaminhamento das famílias com indícios de vulnerabilidade social para o Programa e acompanhamento da execução das atividades.

Nota: Construção a partir da Oficina de Proteção Social realizada em setembro/2018

Quadro 2 : Interfaces com outros programas


5.6 Projetos e processos do programa


Os projetos e processos definidos para alcançar os objetivos do Programa estão listados na tabela abaixo sendo descritos nos quadros seguintes. O Programa de Proteção Social


se divide em três projetos estruturantes, correspondentes às áreas de atuação da Proteção Social em contextos de reparação integral e integrada, às famílias vulneráveis impactadas pelo rompimento da barragem. Para corroborar a necessidade e importância das ações descritas a seguir, foram mobilizados [indicadores e estatísticas](#) que possibilitam uma descrição dos possíveis impactos causados pelo Evento sobre a população e sobre a capacidade de atuação do Poder Público local no processo de reparação.

No escopo do Projeto estão descritas as macroações que foram planejadas, acompanhadas da identificação das causas do problema a que tais ações procuram responder, conforme estabelece a metodologia do Marco Lógico.

As ações estão identificadas com ícones que sinalizam o status de sua execução, da seguinte forma:

-  Não iniciada

-  Em execução

-  Executada

QUADRO LÓGICO PG05- PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL			
PROJETO	OBJETIVO	INDICADOR	PRODUTO
PROJETO 1- AMPLIAR AS CAPACIDADES E HABILIDADES DO PÚBLICO IMPACTADO, PRIORIZANDO PÚBLICO VULNERÁVEL, PARA PARTICIPAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO	Possibilitar às famílias impactadas vulneráveis capacitações e orientações para acessar trabalho, emprego e renda.	I01 - Nº de pessoas impactadas vulneráveis assistidas nos programas socioeconômicos da Fundação Renova	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de critérios para priorizar os pagamentos das indenizações e auxílios financeiros
			<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento do pagamento de auxílio financeiro e de indenizações
			<ul style="list-style-type: none"> Realização de ações de educação financeira, junto à população impactada vulnerável
			<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento do acesso das famílias impactadas vulneráveis aos cursos de capacitação
			<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento da oferta de educação profissional e de atividades voltadas à geração de renda para a população impactada vulnerável
			<ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento de ações de fomento à economia local, incentivo ao empreendedorismo individual
PROJETO 2 - REDUZIR AS FRAGILIDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO PODER PÚBLICO	Fortalecer a oferta de serviços socioassistenciais para atendimento e acompanhamento das famílias vulneráveis impactadas com o rompimento da barragem.	I02 - Nº de famílias impactadas vulneráveis atendidas no PAIF I03 - Nº de famílias impactadas vulneráveis atendidas no PAEFI I04 - Nº de famílias impactadas vulneráveis atendidas na rede socioassistencial local I05 - Nº de técnicos capacitados por equipamento	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração do Mapa de Vulnerabilidade
			<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de Matriz de Ações Integradas
			<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de Planos Municipais de Reparação em Proteção Social,
			<ul style="list-style-type: none"> Validação/revisão dos Planos de Reparação em Proteção Social – Estaduais e Municipais
			<ul style="list-style-type: none"> Apoio à implementação e monitoramento dos Planos Municipais de Reparação em Proteção Social,
			<ul style="list-style-type: none"> Suplementação de recursos humanos para PAIF e PAEFI
			<ul style="list-style-type: none"> Fornecimento de veículos para apoiar as ações do PAIF e PAEFI
			<ul style="list-style-type: none"> Apoio logístico para a realização das oficinas do SCFV e PAIF

QUADRO LÓGICO PG05- PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL			
PROJETO	OBJETIVO	INDICADOR	PRODUTO
			<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à Supervisão Técnica a ser realizada pelos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. • Execução de capacitação para os operadores em Proteção Social • Realização de Oficinas de Educação financeira para as famílias vulneráveis nos territórios impactados • Apoio para a definição de protocolos de atendimento às famílias vulneráveis impactadas
PROJETO 3 – PROMOVER O FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS	Realizar trabalhos focalizados no fortalecimento de vínculos sociais junto às famílias impactadas vulneráveis, considerando as especificidades daquelas que sofreram deslocamento físico em virtude do rompimento da barragem.	I06 - Bem-estar subjetivo e psicológico das famílias impactadas com deslocamento físico	• Contribuição com a identificação de riscos de vulnerabilidade
			• Avaliação do contexto familiar da população em deslocamento físico
			• Acompanhamento das famílias com deslocamento físico
			• Integração com a Casa do Jardim
			• Integração com as atividades de protagonismo juvenil
			• Integração com a Casa dos Saberes
			• Apoio ao SCFV e PAEFI
			• Implantação de fluxos e protocolos

Nota: Construção a partir da Oficina de Proteção Social realizada em setembro/2018

Tabela 6: Relação de projetos e processos do programa.

PROJETO 1 – Ampliar as capacidades e habilidades do público impactado, priorizando público vulnerável, para participação no mundo do trabalho

Objetivo

Possibilitar às famílias impactadas vulneráveis capacitações e orientações para acessar trabalho, emprego e renda.

Requisitos, Premissas e Restrições

Requisitos

- Trabalho apoiado no Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho- ACESSUAS Trabalho, da Política de Assistência Social

Premissas

- Integração entre o Programa de Proteção Social e os Programas da Fundação Renova, de Inovação e Economia, Turismo , Agroflorestal e Pesca para articular ações de inclusão produtiva e de geração de renda para as famílias impactadas vulneráveis;
- Interesse e participação das famílias impactadas vulneráveis no processo de acesso às oportunidades de trabalho, emprego e renda.

Restrições

- Respeito às cláusulas 54 a 58 do TTAC;
- Delimitação de atribuições entre o Poder Público e a Fundação Renova, considerando a necessidade de adesão da gestão municipal da Política de Assistência Social ao Programa ACESSUAS Trabalho.

Escopo do Projeto

Este projeto contempla ações direcionadas às famílias impactadas que apresentam vulnerabilidades de renda, em especial aquelas que tiveram suas rendas comprometidas pela interrupção de suas atividades produtivas ou econômicas em decorrência do rompimento da barragem.

Conforme análises dos dados de IDF e a partir de levantamentos realizados pelo Programa, faz-se necessário oportunizar às famílias e ou indivíduos acesso ao mercado de trabalho, potencializar ou desenvolver competências e habilidades, sejam elas ligadas às atividades

econômicas anteriores ao EVENTO ou não. A reativação econômica dos territórios e, por conseguinte, das famílias, além de intencionar a melhoria da condição financeira, está alinhada à garantia da autonomia dessas famílias, constante na Política de Assistência Social.

Em articulação com a Política de Assistência Social, serão aproveitadas as oportunidades oferecidas pelo Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS (nos municípios que aderiram ao programa) que, ao identificar pessoas com vulnerabilidade de geração de renda, desenvolve ações de mobilização e encaminhamento para garantia do direito de cidadania, a inclusão ao mundo do trabalho e viabiliza o acesso a cursos de qualificação e formação profissional, ações de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra.

A operacionalização deste projeto, por sua própria definição, exige uma consonância intensa com os demais programas da Fundação Renova.

As macroações previstas para a execução dos Projetos estão descritas a seguir:

- 🕒 **Elaboração de critérios para priorizar os pagamentos das indenizações e auxílios financeiros** às famílias impactadas vulneráveis (Interface PG02 e PG21)
 - **Causas que intervém:** baixa renda, perda de alimentos de subsistência.
 - **Local:** todo o território

- 🕒 **Acompanhamento do pagamento de auxílio financeiro e de indenizações** às famílias impactadas vulneráveis (Interface PG02 e PG21)
 - **Causas que intervém:** perda de alimentos de subsistência, perda de moradia, perda de atividade produtiva.
 - **Local:** todo o território

- 🕒 **Realização de ações de educação financeira**, junto à população impactada vulnerável atendida por meio do Programa Indenização Assistida (Interface PG02)
 - **Causas que intervém:** dependência da renda proveniente da Fundação Renova, modificação do orçamento.
 - **Local:** municípios do Espírito Santo

- ☰ **Acompanhamento do acesso das famílias impactadas vulneráveis nos cursos profissionalizantes**, por meio da divulgação e identificação de potencialidades locais e regionais e do interesse da população vulnerável impactada (Interface PG18 E PG20)
 - **Causas que intervêm:** pouca qualificação profissional, perda da ocupação.
 - **Local:** todo o território

- 🔄 **Acompanhar a oferta de educação profissional e de atividades voltadas à geração de renda** para a população impactada vulnerável (Interface PG 18 e PG20)
 - **Causas que intervêm:** pouca qualificação profissional, perda da ocupação, pouca oportunidade de trabalho.
 - **Local:** todo o território

- 🔄 **Acompanhamento de ações de fomento à economia local, incentivo ao empreendedorismo individual (pesca, agronegócio e outras atividades), uso sustentável da terra, comércio, turismo para a população impactada vulnerável.** (Interface PG16, PG17, PG18 e PG20)
 - **Causas que intervêm:** pouca qualificação profissional, perda da ocupação, pouca oportunidade de trabalho.
 - **Local:** todo o território

Os custos das atividades realizadas em interface com demais Programas da Fundação Renova não estão vinculados ao Programa de Proteção Social, cabendo a esse último a responsabilidade pelas ações identificadas no item 5.3 - Interface com Programas, anteriormente descrito.

Quadro 1: Projeto 1 - Ampliar as capacidades e habilidades para participação no mundo do trabalho

PROJETO 2 – Reduzir as fragilidades de implementação da Política de Assistência Social pelo Poder Público

Objetivo

Fortalecer a oferta de serviços socioassistenciais para atendimento e acompanhamento das famílias vulneráveis impactadas com o rompimento da barragem

Requisitos, Premissas e Restrições

Requisitos

- Observação das regras e diretrizes estabelecidas pelas Políticas Públicas nas áreas de atuação;
- Utilização como referência, onde couber, do Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres (Portaria Interministerial n. 2, de 6 de dezembro de 2012);
- Consonância e não-sobreposição com os serviços ofertados pelas Políticas Públicas.

Premissas

- Interlocução entre Fundação Renova e Poder Público para nivelamento na execução das ações;
- Mapeamento e estudos, priorizando a utilização de dados secundários disponibilizados principalmente pela SAGI/MDS;
- Utilização da base de dados do Cadastro Integrado para a identificação de territórios e tipos de agravos de vulnerabilidades;
- Envolvimento e participação das organizações que compõe as Redes de Proteção Social local;
- Estruturação da oferta de serviços públicos nos territórios impactados;
- Atendimento das famílias impactadas vulneráveis por parte dos equipamentos públicos

Restrições

- Respeitar as cláusulas 54 e 58 do TTAC;
- Delimitação de atribuições entre o Poder Público e a Fundação Renova.

Escopo do Projeto

O Projeto consiste em ações de apoio e fortalecimento da Assistência Social do Poder Público Estadual e Municipal para possibilitar a ampliação e qualificação do atendimento à população vulnerável impactada. Algumas dessas ações tiveram início ainda no período emergencial, como a suplementação de recursos humanos nos municípios de Mariana e Barra Longa, e devem ser estendidas aos demais municípios.

Como subsídio de informações para o projeto, consideram-se as oficinas e encontros realizados junto ao Poder Público dos municípios, principalmente as Oficinas de Proteção Social, realizadas em março, abril e outubro de 2017, quando foram coletadas as percepções, informações e relatos acerca dos possíveis impactos do rompimento sobre a Política de Assistência Social. Por meio desses dados, é possível visualizar a fragilidade em que se encontram as gestões municipais de Assistência Social e a necessidade de implementar ações de redução dessas fragilidades. As ações estão descritas a seguir:

- ✔ **Elaboração do Mapa de Vulnerabilidade**, com o objetivo de identificar as famílias impactadas vulneráveis em cada município e o aspecto dos agravos da vulnerabilidade instalado neste grupo de famílias. (Interface PG01)
 - o **Causas que intervém:** pouca informação do Poder Público sobre a situação das famílias impactadas vulneráveis, desafio do Poder Público na cobertura para atendimento à população impactada vulnerável
 - o **Local:** todo o território

- ✔ **Elaboração de Matriz de Ações Integradas** para a reparação, conjugando ações dos diferentes Programas da Fundação Renova e do Poder Público, de forma a responder ao impacto causado nas famílias e ou pessoas que foram identificadas nos Mapas de Vulnerabilidade de cada município. (Interface PG01)
 - o **Causas que intervém:** desafio na integração das ações dos programas da Fundação Renova no processo de reparação das famílias impactadas vulneráveis
 - o **Local:** todo o território

- ✔ **Elaboração de Planos Municipais de Reparação e os Planos Estaduais de Acompanhamento em Proteção Social**, a partir de discussões com as equipes Estaduais e Municipais de Assistência Social e as informações do Mapa de Vulnerabilidades e da Matriz de Ações Integradas, os apontamentos da CTOS

- o **Causas que intervêm:** desafio do Poder Público sobre a situação das famílias impactadas vulneráveis, desafio na cobertura de atendimento por parte dos serviços públicos para população impactada vulnerável
- o **Local:** todo o território

☰ **Validação/revisão dos Planos Municipais de Reparação e Planos Estaduais de Acompanhamento em Proteção Social**, a partir de oficinas, pelas equipes Municipais de Assistência Social; pelas assessorias por partes das Equipes Estaduais de Assistência Social, Câmara Técnica e representação de atingidos.

- o **Causas que intervêm:** desafio do Poder Público em compreender sobre a situação das famílias impactadas vulneráveis, desafio na cobertura de atendimento para população impactada vulnerável
- o **Local:** todo o território

🕒 **Apoio à implementação e monitoramento dos Planos Municipais e Estaduais de Reparação em Proteção Social**, por meio de visitas periódicas às equipes técnicas da Assistência Social dos municípios impactados a partir de discussões com as equipes Estaduais e Municipais de Assistência Social e a das informações do mapa de vulnerabilidades e da matriz de ações integradas.

- o **Causas que intervêm:** desafio do Poder Público para acompanhamento das famílias impactadas vulneráveis
- o **Local:** todo o território

👤 **Suplementação de recursos humanos** para Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

- o **Causas que intervêm:** Falta de RH no Poder Público, desafio do Poder Público na cobertura do acompanhamento das famílias impactadas vulneráveis, insuficiência de recursos materiais e financeiros
- o **Local:** municípios impactados de acordo com critérios a serem estabelecidos

🚗 **Fornecimento de veículos** para suporte às atividades do Serviço de Atendimento Integral a Famílias (PAIF) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

- o **Causas que intervêm:** desafio do Poder Público para acompanhamento das famílias impactadas vulneráveis, insuficiência de recursos materiais e financeiros
- o **Local:** municípios impactados de acordo com critérios a serem estabelecidos

🕒 **Apoio logístico para a realização das oficinas do SCFV e PAIF**, envolvendo a disponibilização de veículos, materiais didáticos e de apoio e lanche para as oficinas.

- o **Causas que intervêm:** desafio do Poder Público para acompanhamento das famílias impactadas vulneráveis, insuficiência de recursos materiais e financeiros
- o **Local:** municípios impactados de acordo com critérios a serem estabelecidos

☰ **Apoio à Supervisão Técnica a ser realizada pelos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.**

- o **Causas que intervêm:** Falta de RH no Poder Público para apoio nas ações a serem implementadas nos municípios.
- o **Local:** todo o território

☰ **Execução de capacitação para os operadores em Proteção Social** em temas a serem definidos junto com Poder Público estadual, em entendimentos como os municípios, em conformidade com a Lei 8742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social, a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social e Resoluções CNAS 08/2012 e 28/2014.

- o **Causas que intervêm:** Falta de RH no Poder Público, desafio de trabalhar com temas de alta complexidade nas ações de Assistência Social.
- o **Local:** todo o território

☰ **Realização de Oficinas de Educação financeira** para técnicos do CRAS e professores das escolas públicas (Interface PG 02), para que sejam replicadas para as famílias vulneráveis impactadas. (Interface PG02)

- o **Causas que intervêm:** conflitos familiares decorrentes do pagamento de indenizações e auxílio financeiro, fragilidade de vínculos familiares
- o **Local:** municípios de Minas Gerais

🕒 **Apoio para a definição de protocolos de atendimento às famílias vulneráveis impactadas** com vistas ao aperfeiçoamento dos fluxos e procedimentos de atendimento e encaminhamento no acompanhamento das famílias.

- **Causas que intervêm:** desafio para equipe de Assistência Social local para desenvolver ações de alta complexidade no momento do desastre. Necessidade de aprimoramento dos processos no atendimento da demanda pelos serviços da Assistência Social.
- **Local:** municípios de todo o território

Quadro 2: Detalhamento do Projeto 2 - Reduzir as fragilidades de implementação da Política da Assistência Social pelo poder público.

PROJETO 3 – Fortalecer vínculos familiares e comunitários

Objetivo

Realizar trabalhos focalizados no fortalecimento de vínculos sociais junto às famílias impactadas vulneráveis, considerando as especificidades daquelas que sofreram deslocamento físico em virtude do rompimento da barragem.

Requisitos, Premissas e Restrições

Requisitos

- Engajamento com o Poder Público local para a execução de ações do trabalho social com famílias incluindo ações de intervenção antes e pós reassentamento;
- Utilização do Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres (Portaria Interministerial n. 2, de 6 de dezembro de 2012) como referência teórico-metodológica.

Premissas

- O trabalho social com as famílias se estenderá por dois anos após o reassentamento.
- Compatibilização dos cronogramas: Programa de reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira e o Programa de Proteção Social.

Restrições

- Respeitar as cláusulas 54 e 58 do TTAC;
- Delimitação de atribuições entre o Poder Público e a Fundação Renova.

Escopo do Projeto

Este projeto busca desenvolver ações sistemáticas que fortaleçam a oferta de serviços socioassistenciais para atendimento e acompanhamento das famílias/indivíduos em situação de vulnerabilidade causadas pelo rompimento da barragem.

Durante o período emergencial, foram desenvolvidas várias ações envolvendo a acolhida e a alocação temporária das famílias com deslocamento físico, o acompanhamento destas famílias, o primeiro cadastramento emergencial, a concessão de Auxílio Financeiro, a reintegração escolar das crianças cujas as famílias tiveram deslocamento físico, o apoio à implementação de serviços

socioassistenciais e culturais para grupos específicos de crianças, adolescentes, idosos, mulheres e pessoas com deficiência.

A continuidade das ações foi assim definida:

- 🕒 **Contribuição com a identificação de riscos de vulnerabilidades** das famílias atingidas para informação sistemática ao Poder Público (Interface PG01 e PG06)
 - **Causas que intervêm:** desafio do Poder Público para acompanhamento das famílias impactadas vulneráveis, insuficiência de recursos materiais e financeiros
 - **Local:** todo o território

- 🕒 **Avaliação do contexto familiar da população em deslocamento físico** para definição do escopo de atuação entre Renova e Centros de Referência de Assistência Social - CRAS
 - **Causas que intervêm:** deslocamento físico, intensificação das situações de vulnerabilidades das famílias, ociosidade, mudança de hábitos
 - **Local:** Mariana, Barra Longa, Linhares e Sooretama

- 🕒 **Acompanhamento das famílias com deslocamento físico** até dois anos pós-reassentamento, de acordo com as atribuições definidas em conjunto com o Poder Público municipal (Interface PG08)
 - **Causas que intervêm:** deslocamento físico, intensificação das situações de vulnerabilidades das famílias, ociosidade, mudança de hábitos
 - **Local:** Mariana, Barra Longa, Linhares e Sooretama

- ✅ **Integração com a Casa do Jardim**, para oferta de atividades culturais, oficinas para fortalecimento de vínculos comunitários e incentivo à geração de renda. (Interface com Gerência de Território)
 - **Causas que intervêm:** fragilidade de vínculos familiares e comunitários, ociosidade, mudança de hábitos, adaptação ao novo contexto social
 - **Local:** Mariana e Barra Longa

- ✔ **Integração com as atividades de protagonismo juvenil** com vistas a criar um movimento ativo de jovens nos diferentes municípios para protagonizar projetos de transformação em suas localidades. (Interface Projetos de Educação e Cultura)
 - **Causas que intervêm:** ociosidade, a mudança de hábitos, adaptação ao novo contexto social, adoecimento físico e mental, fortalecimento dos vínculos comunitários.
 - **Local:** todo o território

- ✔ **Integração com a Casa dos Saberes** para atendimento aos impactados com deslocamento físico, com vistas a propiciar a convivência entre as famílias, a manutenção de elementos culturais e do fazer cotidiano do grupo. (Interface Gerência do Território, Diálogo Social e Relações Institucionais)
 - **Causas que intervêm:** fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, ociosidade, a mudança de hábitos, adaptação ao novo contexto social (recuperação da memória), adoecimento mental
 - **Local:** População em deslocamento físico das comunidades Bento Rodrigues e Paracatu em Mariana.

- 🕒 **Apoio ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV/CRAS e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos -PAEFI/CREAS** por meio da oferta de transporte, apoio às oficinas com materiais de consumo e lanche, e suplementação de Recursos Humanos (ação atende também ao **Projeto 2 – Reduzir as fragilidades de implementação da Política da Assistência Social pelo poder público**).
 - **Causas que intervêm:** fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, ociosidade, a mudança de hábitos, adaptação ao novo contexto social
 - **Local:** municípios impactados

- 🕒 **Implantação de fluxos e protocolos** para encaminhamento das famílias impactadas em situação de vulnerabilidade ao Poder Público e aos programas internos da Fundação Renova e acompanhamento da realização e dos resultados da ação. (Interface com todos os programas)
 - **Causas que intervêm:** aumento da demanda por serviços públicos.
 - **Local:** municípios impactados

Quadro 3: Projeto 3 - Fortalecer vínculos familiares e comunitários

6 Planejamento consolidado do programa

6.1 Custo do programa (R\$ milhão)

O custo total do programa foi estimado inicialmente em R\$ 9,5 milhões, está passando por revisão orçamentária para atender aos projetos propostos, sendo integralmente de natureza reparatória. Abaixo a distribuição de recursos (R\$) nos projetos e processos ao longo do período de implementação do programa.

PROCESSO	2016	2017	2018	2019	2020	2021-2030	TOTAL
Projeto 1 - Ampliar as capacidades e habilidades do público impactado, priorizando público vulnerável, para participação no mundo do trabalho	-	-	-	-	-	-	-
Projeto 2 – Reduzir as fragilidades de implementação da Política de Assistência Social pelo poder público	300.000	220.937	2.309.702	4.271.576			7,10
Projeto 3 – Fortalecer os vínculos familiares e comunitários	-	516.172	815.661	420.338	282.00	376.00	2,40
Total	300.000	737.109	3.125.363	4.691.914	282.00	376.00	9,50

Tabela 7: Custo estimado do programa.

6.2 Cronograma do programa

Atividade	Início	Fim
EXECUÇÃO DO PROGRAMA	Mar./2016	Abr./2021
Execução dos projetos		
Projeto 1: Ampliar as capacidades e habilidades do público impactado, priorizando públicos vulneráveis, para participação no mundo do trabalho	Abril/2016	Abr./2021
Projeto2: Reduzir as fragilidades de implementação da Políticas de Assistência Social pelo Poder Público	Nov./2015	Abril/2021
Projeto 3:Fortalecer Vínculos Familiares e Comunitários	Nov./2015	Abr./2021 ⁹
Encerramento do Programa	Dez/2020	Abr./2021

Tabela 8: Cronograma macro do programa.

7 Plano de resultados

7.1 Indicadores do Programa (todos se encontram em fase de avaliação e validação)

⁹ Encerramento deste projeto vinculado as entregas do Programa Reassentamento.

Na oficina de revisão do escopo foram definidos indicadores do Programa de Proteção Social, entendidos como os macros resultados desejados. Esses cinco indicadores estão descritos nas fichas abaixo.

I01 – Nº de pessoas impactadas vulneráveis assistidas nos programas socioeconômicos da Fundação Renova

Tipo	Resultados esperados		
Eficiência	Inclusão, com pelo menos um membro, da maioria das famílias vulneráveis impactadas pelo EVENTO e cadastradas nos programas de retomada das atividades econômicas da Fundação Renova. O programa de Proteção Social irá oferecer todo o suporte e informações necessárias para o acesso dos beneficiários aos programas.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	70% ¹⁰
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	2019		2021
Fórmula de cálculo			
$\frac{\text{Nº total de pessoas impactadas vulneráveis assistidas nos programas socioeconômicos}}{\text{Nº total de pessoas impactadas vulneráveis cadastradas}} \times 100$			
Quantitativo de famílias vulneráveis impactadas incluídas nos programas			
Definição	Percentual de pessoas impactadas vulneráveis incluídas nos programas de retomada das atividades econômicas da Fundação Renova.		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	O encaminhamento para a qualificação será evidenciado conforme lista de encaminhamento aos programas e lista de inserção dos membros nos programas. A medição será do período, de forma cumulativa, considerando todos os municípios		

Nota: Construção Fundação Renova

¹⁰ De acordo com o número de famílias com maior risco de vulnerabilidade no cadastro da Fundação Renova.

I02 – Nº de famílias impactadas vulneráveis atendidas pelo PAIF

Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Aumento no número de famílias acompanhadas pelo PAIF.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	a definir ¹¹
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	2019		2021
Fórmula de cálculo			

$$\frac{\text{Nº de famílias impactadas vulneráveis atendidas pelo PAIF}}{\text{Nº total de famílias impactadas vulneráveis}} \times 100$$

Percentual de famílias acompanhadas	
Definição	Famílias impactadas vulneráveis que estão sendo acompanhadas pelo PAIF, que tem a função de prevenir a violação de direitos e a fragilização de vínculos.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Os dados são coletados e disponibilizados pelos municípios impactados.

Nota: Construção Fundação Renova

¹¹ A Fundação Renova disponibiliza os insumos para o Poder Público realizar os atendimentos à população impactada vulnerável mas a governabilidade da execução dos serviços refere-se ao Poder Público. As metas serão definidas de acordo com as definições estabelecidas.

I03 – Nº de famílias impactadas vulneráveis atendidas no PAEFI

Tipo	Resultados esperados		
Eficiência	Redução da violação de direitos e da fragilização de vínculos		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Menor melhor	Cumulativo	em aberto ¹²
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	2019		2021
Fórmula de cálculo			

$$\frac{N^{\circ} \text{ total de famílias impactadas vulneráveis atendidas no PAEFI}}{N^{\circ} \text{ total de famílias impactadas vulneráveis com violação de direitos}} \times 100$$

Percentual de famílias acompanhadas	
Definição	Famílias impactadas vulneráveis com violação de direitos identificado pelo sistema de garantia e outros atores locais.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Os dados são coletados e disponibilizados pelos municípios impactados.

Nota: Construção Fundação Renova

¹² A Fundação Renova disponibiliza os insumos para o Poder Público realizar os atendimentos à população impactada vulnerável mas a governabilidade da execução dos serviços refere-se ao Poder Público. As metas serão definidas de acordo com as definições estabelecidas.

I04 – N° de famílias impactadas vulneráveis atendidas na rede socioassistencial local

Tipo	Resultados esperados		
Eficiência	População vulnerável impactada coberta pelos serviços socioassistenciais locais.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	em aberto ¹³
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	2019		2021
Fórmula de cálculo			
$\frac{N^{\circ} \text{ total de famílias impactadas vulneráveis atendidas/cobertura na rede socioassistencial local}}{N^{\circ} \text{ total de famílias impactadas vulneráveis}} \times 100$			
Percentual de famílias atendidas/cobertas			
Definição	<p>A redução das vulnerabilidades das famílias requer ampla cobertura de atendimento socioassistencial</p> <p>O aumento da cobertura de atendimento socioassistencial é fundamental para a redução das vulnerabilidades das famílias</p>		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Os dados são coletados e disponibilizados pelos municípios impactados.		

Nota: Construção Fundação Renova

¹³ A Fundação Renova disponibiliza os insumos para o Poder Público realizar os atendimentos à população impactada vulnerável mas a governabilidade da execução dos serviços refere-se ao Poder Público. As metas serão definidas de acordo com as definições estabelecidas.

I05 – Nº de técnicos capacitados por equipamento

Tipo	Resultados esperados		
Eficiência	Todos os municípios impactados pelo EVENTO com pelo menos um profissional de cada equipamento de Assistência Social capacitado pelo Projeto.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	100%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	2019		2021
Fórmula de cálculo			

$$\frac{\text{Nº de técnicos capacitados dos equipamentos públicos da Proteção Social}}{\text{Nº de técnicos dos equipamentos públicos da Proteção Social nos municípios impactados}} \times 100$$

Valor da dimensão aferido no ano de medição

Definição	Percentual de técnicos operadores da Proteção Social nos equipamentos públicos dos municípios impactados.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	A capacitação será evidenciada conforme lista de presença e registro fotográfico/audiovisual. A medição será do período, de forma cumulativa, considerando todos os municípios.

Nota: Construção Fundação Renova

I06 – Bem-estar subjetivo e psicológico das famílias impactadas com deslocamento físico

Tipo	Resultados esperados		
Efetividade	Melhoria na sensação psicológica e subjetiva de bem-estar, empoderamento, agência e conexão social.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
Pré/pós reassentamento	Maior melhor	12 meses	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incremento de 20% no índice Global de Bem-Estar ▪ 100% das famílias com índice >0,7
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	2019		Março/2021

Fórmula de cálculo

$\frac{\text{Índice de Bem-estar subjetivo, empoderamento, agência e conexão social em } T^1}{\text{Índice de Bem-estar subjetivo, empoderamento, agência e conexão social em } T_0}$

Índice de Bem-estar subjetivo, empoderamento, agência e conexão social em T0

Definição	O cálculo do índice de bem-estar subjetivo, empoderamento, agência e conexão social é realizado com base na metodologia desenvolvida pela Universidade de Oxford no Reino Unido. O intuito é captar as informações e construir os índices globais para o momento inicial da intervenção (T0), momento esse no processo de transição para o reassentamento.
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	A aferição dos índices inicial é realizada por meio da coleta de informações do tipo survey com todos os membros das famílias impactadas com deslocamento físico. Os módulos dos questionários que servirão de fundamento para a pesquisa survey foram desenvolvidos pelo Oxford Poverty and Human Development Institute e podem ser visualizados no link: http://ophi.org.uk/research/missing-dimensions/survey-modules/

Índice de Bem-estar subjetivo, empoderamento, agência e conexão social em T1

Definição	O intuito é captar as informações e construir os índices globais para o momento final da intervenção (T1), momento esse do pós-reassentamento, a fim de compará-lo com as informações e os índices construídos no processo de transição para o reassentamento considerado (T0).
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	A aferição dos índices final é realizada por meio da coleta de informações do tipo survey com todos os membros das famílias impactadas com deslocamento físico. Os módulos dos questionários que servirão de fundamento para a pesquisa survey foram desenvolvidos pelo Oxford Poverty and Human Development Institute e podem ser visualizados no link: http://ophi.org.uk/research/missing-dimensions/survey-modules/

Nota: Construção Fundação Renova

Além dos macros indicadores definidos na oficina, foram discutidos também indicadores de produtos, a serem verificados à medida que as ações foram sendo executadas. A função desses indicadores é a de fornecer medidas de monitoramento das ações, de forma a possibilitar verificações, correções de rumo e avaliações.

A lista desses indicadores, separados por projetos, se encontra na tabela a seguir:

	INDICADOR DE IMPACTO	RISCOS
PROJETO 1	<ul style="list-style-type: none"> Nº de pessoas impactadas vulneráveis assistidas nos programas socioeconômicos da Fundação Renova 	1.1 Instabilidade socioeconômica do país
PROJETO 2	<ul style="list-style-type: none"> Nº de famílias impactadas vulneráveis atendidas pelo PAIF Nº de famílias vulneráveis e impactadas atendidas no PAEFI Nº de famílias impactadas vulneráveis atendidas na rede socioassistencial local Nº de técnicos capacitados por equipamento 	2.1 Instabilidade socioeconômica do país 2.2 Troca de gestores/ substituição de equipes técnicas 2.3 Pouco conhecimento das equipes dos serviços públicos sobre o universo de famílias impactadas vulneráveis
PROJETO 3	<ul style="list-style-type: none"> Bem-estar subjetivo e psicológico das famílias impactadas com deslocamento físico 	3.1 Baixo engajamento dos envolvidos com o projeto

Nota: Construção Fundação Renova

PROJETO 1 - Ampliar as capacidades e habilidades do público impactado, priorizando o público vulnerável, para participação no mundo do trabalho			
Produtos	Indicadores	Fontes de Verificação	Riscos
Elaboração de critérios para priorizar os pagamentos das indenizações e auxílios financeiros	<ul style="list-style-type: none"> • Criação dos critérios 	<ul style="list-style-type: none"> • Publicações de Notas Técnicas • Validação das CTs 	<ul style="list-style-type: none"> • Reprovação de normativa pelo CIF
Acompanhamento do pagamento de auxílio financeiro e de indenizações	<ul style="list-style-type: none"> • % auxílios financeiros pagos • % indenizações pagas 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios Financeiros 	<ul style="list-style-type: none"> • Fragilidade econômica do Estado
Realização de ações de educação financeira, junto à população impactada vulnerável	<ul style="list-style-type: none"> • % dos municípios com as oficinas de educação financeiras realizadas • Nº impactados vulneráveis que participaram das oficinas de educação financeira 	<ul style="list-style-type: none"> • Listas de presenças • Relatórios de Atividades • Registros Fotográficos 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa adesão do público • Baixa adesão do Poder Público
Acompanhamento do acesso das famílias impactadas vulneráveis nos cursos profissionalizantes	<ul style="list-style-type: none"> • % dos municípios com mapeamento das oportunidades concluído 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório Técnico 	<ul style="list-style-type: none"> • Pouco apoio do Poder Público e empresários locais
Oferta de educação profissional e de atividades voltadas à geração de renda para a população impactada vulnerável	<ul style="list-style-type: none"> • Nº impactados vulneráveis com cursos de qualificação concluídos • Nº de cursos realizados 	<ul style="list-style-type: none"> • Listas de presenças • Relatórios de Atividades • Registros Fotográficos 	<ul style="list-style-type: none"> • Alta taxa de evasão • Ações não validadas pelos impactados • Baixo engajamento dos envolvidos com o projeto • Fragilidade econômica do Estado
Acompanhamento de ações de fomento à economia local, incentivo ao empreendedorismo individual	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de treinamentos realizados com impactados vulneráveis • Nº de pessoas impactadas vulneráveis que iniciaram seus próprios negócios 	<ul style="list-style-type: none"> • Listas de presenças • Relatórios de Atividades • Registros Fotográficos 	<ul style="list-style-type: none"> • Excessos burocráticos e/ou complexidade /restrições legais para abertura de novos negócios. • Alta índice de faltas/ evasão nos treinamentos. • Fragilidade econômica do Estado

Nota: Construção a partir da Oficina de Proteção Social realizada em setembro/2018

PROJETO 2 - Reduzir as fragilidades de implementação da política de Assistência Social do Poder Público

Produtos	Indicadores	Fontes de Verificação	Riscos
Elaboração do Mapa de Vulnerabilidade	<ul style="list-style-type: none"> % municípios com acesso ao mapa 	<ul style="list-style-type: none"> Lista de assinatura entrega produtos Lista presença das Oficinas Relatórios das oficinas 	<ul style="list-style-type: none"> Documento não validado pelas partes interessadas. Baixo engajamento das partes interessadas.
Elaboração de Matriz de Ações Integradas	<ul style="list-style-type: none"> % municípios com acesso a matriz 	<ul style="list-style-type: none"> Lista de assinatura entrega produtos Lista presença das Oficinas de apresentação das matrizes Relatórios das oficinas 	<ul style="list-style-type: none"> Documento não validado pelas partes interessadas. Baixo engajamento das partes interessadas.
Elaboração de Planos Municipais de Reparação em Proteção Social,	<ul style="list-style-type: none"> % municípios com planos elaborados 	<ul style="list-style-type: none"> Planos elaborados Certificação de entrega dos Planos aos municípios 	<ul style="list-style-type: none"> Documento não validado pelas partes interessadas. Baixo engajamento das partes interessadas.
Validação/revisão dos Planos Municipais de Reparação em Proteção Social	<ul style="list-style-type: none"> % municípios com planos validados em oficinas participativas 	<ul style="list-style-type: none"> Listas de presenças Relatórios de atividades Devolutivas dos municípios E-mails, registros fotográficos 	<ul style="list-style-type: none"> Documento não validado pelas partes interessadas Substituição de Gestores/ Técnicos do Poder Público
Apoio à implementação e monitoramento dos Planos Municipais de Reparação em Proteção Social,	<ul style="list-style-type: none"> % municípios com planos implementados % de municípios com processos de monitoramento dos planos em execução 	<ul style="list-style-type: none"> Visitas Técnicas Relatórios atividades Emissão de relatórios estatísticos 	<ul style="list-style-type: none"> Baixo engajamento das partes interessadas Substituição de Gestores/ Técnicos do Poder Público
Suplementação de recursos humanos para PAIF e PAEFI	<ul style="list-style-type: none"> Total profissionais disponibilizados em XX municípios 	<ul style="list-style-type: none"> Contratos de trabalho Relatórios de Atendimento Informações Censo SUAS RH 	<ul style="list-style-type: none"> Excessos burocráticos e/ou complexidade /restrições legais para contratação junto ao Poder Público
Fornecimento de veículos para PAIF e PAEFI	<ul style="list-style-type: none"> Nº de veículos disponibilizados por município Nº de visitas realizadas com veículos 	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de atividades Relatórios de vistas 	<ul style="list-style-type: none"> Excessos burocráticos e/ou complexidade /restrições legais para aquisição/ contratação dos serviços

PROJETO 2 - Reduzir as fragilidades de implementação da política de Assistência Social do Poder Público			
Produtos	Indicadores	Fontes de Verificação	Riscos
Apoio logístico para a realização das oficinas do SCFV e PAIF	<ul style="list-style-type: none"> • Valor/Qty de insumos disponibilizados por oficina • Nº de oficinas realizadas 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios de entregas • Notas fiscais • Relatórios de atividades • Registros fotográficos 	<ul style="list-style-type: none"> • Excessos burocráticos e/ou complexidade /restrições legais para aquisição/ contratação dos serviços • Processo eleitoral • Atraso nas entregas dos insumos • Baixo engajamento dos envolvidos com o projeto • Substituição de Gestores/ Técnicos do Poder Público
Apoio à Supervisão Técnica a ser realizada pelos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.	<ul style="list-style-type: none"> • Nº de profissionais disponibilizados para supervisão • Nº de reuniões/oficinas realizadas com a supervisão técnica • Nº de visitas realizadas pela supervisão técnica aos municípios • Nº de municípios visitados pela supervisão técnica • Total de técnicos por equipamento capacitados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Lista de presença • Relatórios de Atividades • Registros fotográficos 	<ul style="list-style-type: none"> • Processo eleitoral • Baixo engajamento dos envolvidos com o projeto • Substituição de Gestores/ Técnicos do Poder Público
Execução de capacitação para os operadores da Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> • Nº total de servidores capacitados por município e por equipamentos • % de municípios com ao menos 1 técnico de cada equipamento capacitado 	<ul style="list-style-type: none"> • Lista de presença • Relatórios de Atividades • Registros fotográficos 	<ul style="list-style-type: none"> • Excessos burocráticos e/ou complexidade /restrições legais para contratação dos serviços • Baixo engajamento dos envolvidos com o projeto • Processo eleitoral • Substituição de Gestores/ Técnicos do Poder Público
Realização de Oficinas de Educação financeira para as famílias nos territórios impactados	<ul style="list-style-type: none"> • % de municípios com ao menos 1 profissional de cada capacitado • Nº total de profissionais capacitados por município 	<ul style="list-style-type: none"> • Lista de presença • Relatórios de Atividades • Registros fotográficos 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo engajamento das partes interessadas • Substituição de Gestores/ Técnicos do Poder Público
Apoio para a definição de protocolos de atendimento às famílias impactadas vulneráveis	<ul style="list-style-type: none"> • Protocolos definidos 	<ul style="list-style-type: none"> • Registros internos 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo engajamento das partes interessadas • Substituição de Gestores/ Técnicos do Poder Público

Nota: Construção a partir da Oficina de Proteção Social realizada em setembro/2018

PROJETO 3 - Fortalecer vínculos familiares e comunitários			
Produtos	Indicadores	Fontes de Verificação	Riscos
Contribuição com a identificação de riscos de vulnerabilidades	<ul style="list-style-type: none"> %de pessoas das equipes dos programas da FR que atuam com as famílias impactadas 	<ul style="list-style-type: none"> Listas de presenças Relatórios de atividades 	<ul style="list-style-type: none"> Baixo engajamento das partes interessadas Substituição de Gestores/ Técnicos do Poder Público
Avaliação do contexto familiar da população em deslocamento físico	<ul style="list-style-type: none"> Nº de reuniões com CRAS realizadas Nº de encaminhamentos das famílias com deslocamento físico para poder público realizados 	<ul style="list-style-type: none"> Listas de presenças Relatórios de atendimento Relatórios de atividades 	<ul style="list-style-type: none"> Baixo engajamento das partes interessadas Substituição de Gestores/Técnicos do Poder Público
Acompanhamento das famílias com deslocamento físico	<ul style="list-style-type: none"> Nº de famílias com deslocamento físico acompanhadas Nº de visitas domiciliares realizadas às famílias com deslocamento físico Nº de encaminhamentos das famílias com deslocamento físico realizados Nº de atendimentos realizados às famílias com deslocamento físico 	<ul style="list-style-type: none"> Registros de atendimento Relatórios de atividades 	<ul style="list-style-type: none"> Baixo engajamento das partes interessadas Substituição de Gestores/ Técnicos do Poder Público
Integração com a Casa do Jardim	<ul style="list-style-type: none"> Nº de oficinas realizadas mês Nº de visitantes/participantes mês 	<ul style="list-style-type: none"> Registro de vistas Relatório mensal de atividades 	<ul style="list-style-type: none"> Ações não validadas pelos impactados Baixo engajamento dos envolvidos com o projeto
Integração com as atividades de protagonismo juvenil	<ul style="list-style-type: none"> % de jovens participando das oficinas % de jovens participando das atividades culturais % de jovens participando das atividades de capacitação e qualificação profissional 	<ul style="list-style-type: none"> Lista de presença 	<ul style="list-style-type: none"> Ações não validadas pelos impactados Baixo engajamento dos envolvidos com o projeto
Integração com a Casa dos Saberes	<ul style="list-style-type: none"> Nº de oficinas realizadas mês Nº de visitantes/participantes mês 	<ul style="list-style-type: none"> Registro de vistas Relatório mensal de atividades 	<ul style="list-style-type: none"> Ações não validadas pelos impactados Baixo engajamento dos envolvidos com o projeto
Apoio ao SCFV e PAEFI	<ul style="list-style-type: none"> Nº de veículos disponibilizados por município Nº de visitas realizadas com veículos utilizados Valor/quantidade de insumos disponibilizados por oficina Nº de oficinas realizadas 	<ul style="list-style-type: none"> Lista de presença Relatório de atividades 	<ul style="list-style-type: none"> Baixo engajamento das partes interessadas Substituição de Gestores/Técnicos do Poder Público
Implantação de fluxos e protocolos	<ul style="list-style-type: none"> Fluxos e protocolos criados Nº de encaminhamentos das famílias impactadas vulneráveis realizados para o Poder Público Nº de encaminhamentos das famílias impactadas vulneráveis realizados para os programas da Fundação Renova Nº respostas de encaminhamentos para o Poder Público recebidos Nº de respostas de encaminhamentos para os programas da Fundação Renova recebidos 	<ul style="list-style-type: none"> Relatórios de atendimentos 	<ul style="list-style-type: none"> Baixo engajamento das partes interessadas Substituição de Gestores/Técnicos do Poder Público

Nota: Construção a partir da Oficina de Proteção Social realizada em setembro/2018

8 Documentos complementares - Anexos

Anexo I - Cláusulas 54 a 58 do TTAC

CLÁUSULA 54: A FUNDAÇÃO deverá elaborar, desenvolver e executar um programa para promover a proteção social, por meio de ações socioassistenciais, incluindo ações socioculturais e apoio psicossocial, desenvolvendo o acompanhamento às famílias e aos indivíduos impactados pelo EVENTO, priorizando os IMPACTADOS com deslocamento físico.

CLÁUSULA 55: O PROGRAMA deverá ser direcionado às famílias e às pessoas que necessitem de ações de proteção social de acordo com os parâmetros estabelecidos pela FUNDAÇÃO, em conformidade com as políticas públicas, em decorrência do EVENTO.

CLÁUSULA 56: Excluído o que for de competência do PODER PÚBLICO, o PROGRAMA de proteção social deverá apoiar a adoção de protocolo para atendimento dos IMPACTADOS que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social por violação de direitos fundamentais; em decorrência do EVENTO.

PARÁGRAFO ÚNICO: O PROGRAMA de proteção social deverá apoiar a continuidade dos serviços públicos essenciais, nos casos em que sua interrupção ou prejuízo no atendimento à população tiver decorrido do EVENTO.

57: As ações referidas no artigo anterior deverão observar as

regras e diretrizes da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS); da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; da Política Nacional de Assistência Social; e do Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral

a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres (Portaria Interministerial n. 2, de 6 de dezembro de 2012).

CLÁUSULA 58: Esse PROGRAMA deverá ser iniciado em até 30 (trinta) dias da assinatura deste Acordo e terá duração de 36 (trinta e seis) meses, a contar do seu início.

PARÁGRAFO ÚNICO: O prazo previsto no **caput** poderá ser prorrogado, caso esta necessidade seja fundamentadamente justificada 12 (doze) meses antes de encerrado o prazo original.

9 Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e Combate à fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.
- _____. **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS**/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013, 57p.
- _____. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**: construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, DF: [s. n.], 2005
- _____. LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social -Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993. Alterada pela Lei 12.435/2011 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm#art2
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Fundação Oswaldo Cruz. **Curso de introdução à atualização sobre especificidade e interfaces da proteção social básica no SUAS**. -- Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016. 128 p.
- JACCOUD, Luciana. "**Proteção Social no Brasil: debates e desafios**". In: UNESCO (Org.) *Concepção e gestão da proteção social não-contributiva no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2009) 429 pp.
- ORTEGÓN, Edgar; PACHECO, Juan Francisco y PIETRO, Adriana. **Metodología del marco lógico para la planificación, el seguimiento y la evaluación de proyectos y programas** -CEPAL- Chile (2005).
- Registro Mensal de Atendimento- RMA disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>

Este documento foi elaborado por

Wagner Elísio Tonon
Líder de Programa

Marcus Fuchs
Gerente Executivo Socioeconômico